



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA TEMÁTICA – PL 643/2020
(ORÇAMENTO)

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30-11-2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Com a presença dos Srs. Vereadores Atilio Francisco, Soninha Francine e Eduardo Matarazzo Suplicy, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública virtual que a Comissão realiza neste ano, sendo a primeira audiência pública temática para debater as rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Cultura, constantes no PL 643/20, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br no link Auditórios On-line/ Auditório Virtual. Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 27/11/20 até o dia de hoje, e foi publicada nos jornais: *O Estado de S. Paulo*, em 26/11, e *Folha de S. Paulo*, no dia 27/11.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, www.saopaulo.sp.leg.br no link Audiência Pública Virtual/ Inscrições.

Informo também que as demandas referentes ao Orçamento de 2021 podem ser apresentadas através do formulário disponível em: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2021/participe, enviando *e-mail* para financas@saopaulo.sp.leg.br, ou entregando pessoalmente no Protocolo legislativo desta Casa, que fica no 1º andar, sala 152, ou ainda na Secretaria da Comissão, no 2º andar, na sala 213-A, ou na sala 210, todas no Viaduto Jacareí nº 100.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Hugo Possolo, Secretário Municipal de Cultura; Sr. Philippe Duchateau, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelos Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal da Secretaria; João Antônio da Silva Filho, Presidente do TCM, que não pôde comparecer e será representado pelo Sr. Marcos Thulyo Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os Vereadores

da CMSP e a sociedade em geral.

Informo também que as inscrições ainda estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Quem estiver presente na Sala Virtual, pelo aplicativo Teams, mas não se inscreveu pelo *site* e quiser fazer o uso da palavra, pode se manifestar ou levantar a mão que acrescentaremos na lista de inscritos, na ordem cronológica.

Nós vamos conduzir a audiência da seguinte forma: a fala de abertura do Secretário Hugo Possolo, depois as observações do representante da Secretaria da Fazenda e do representante do Tribunal de Contas do Município. A seguir, passamos a lista dos inscritos, sempre intercalando os representantes, os inscritos da sociedade civil, com os Srs. Vereadores que quiserem fazer o uso da palavra; é só nos avisar pelo *chat*, que vamos encaixando.

Como nós já temos dezenas de inscritos, eu sugiro que, após a fala do Secretário Hugo Possolo, encerremos as inscrições, para que possamos organizar todas as falas.

Tem a palavra o Secretário Hugo Possolo, para que faça uma rápida apresentação na área da Secretaria Municipal de Cultura.

O SR. HUGO POSSOLO – Obrigado, nobre Vereador Donato. Boa tarde a todas e a todos. Agradeço o convite e a oportunidade de poder explicar a peça orçamentária de 2021, a chamada PLOA, referente à Secretaria Municipal de Cultura. É muito importante ressaltar que, diante desse momento que vivemos no ano de 2020, quando tivemos o impacto de uma pandemia avassaladora, global, com muita dificuldade, temos que realmente ter uma visão muito clara sobre a questão da arrecadação municipal, que foi impactada e toda a previsão orçamentária vem reduzida em diversas Secretarias. Somente as de área social, como saúde, assistência e cultura, estão preservadas com o mesmo valor de 2019 para 2020.

Então, houve essa preocupação do Prefeito Bruno Covas de que são áreas sensíveis, já com dificuldade orçamentária em si, uma trajetória histórica. E,

nesse momento, então, nós conseguimos o mesmo orçamento.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. HUGO POSSOLO – Eu gostaria de dar um panorama das atividades da Secretaria, dos investimentos feitos, que há uma diferença substancial entre aquilo que é orçado, aquilo que é realizado, apenas para relatar o que aconteceu entre 2019 e 2020.

Houve um imenso público nos equipamentos culturais: 5,4 milhões de pessoas em 2020 e 2 milhões a mais do que no ano de 2016.

Tivemos um novo Promac regulamentado e bastante projetos inscritos em primeiro edital, que é referente a R\$ 30 milhões deste ano. Ele descentralizou as adições e teve uma procura muito grande, voltado exatamente a realizar contrapartidas na periferia, uma visão de gestão que trouxe muita expectativa.

Voltamos na questão de incentivo à filmagem, a São Paulo Film Commission. Houve decreto para o funcionamento disso, que é muito importante e podemos detalhar melhor conforme as perguntas.

Tivemos também em 2019 a criação de um Agendão, um calendário que integra e mapeia todos os eventos da Secretaria Municipal de Cultura e também de eventos privados, na busca agora da criação de um Observatório, onde possamos localizar todos os eventos culturais da Cidade: os trabalhadores e trabalhadoras, os espaços de eventos e atividades, de modo que tenhamos isso naquele modelo inicial da SP Cultura e possamos avançar com isso.

O Carnaval de Rua de 2020 teve mais de 500 blocos e 15 milhões de pessoas, considerado o maior carnaval do País. Também teve a Virada Cultural de 2019, que foi a maior da história, com 5 milhões de pessoas. O Festival Mário de Andrade teve participação de 60 mil pessoas.

Simbolicamente, são eventos muito importantes que aconteceram. Entre eles, eu estava na direção do Theatro Municipal, quando recebemos a Fernanda

Montenegro, no momento que ela havia sido violentamente atacada pelo Governo Federal

Tivemos a Jornada do Patrimônio, que foi a maior edição, com 250 mil pessoas, e foi a primeira vez que uma Secretaria Municipal de Cultura ganhou o Prêmio APCA, da Associação Paulista dos Críticos de Arte.

Tivemos o Festival Funk Da Hora e Verão Sem Censura, um festival bem importante em 2020, que marca também um confronto a esse momento do Governo Federal.

A inclusão do PCD na Virada Cultural e o 1º Festival Sem Barreiras, que acho importante estar colocado também.

E temos um índice nota 10 na Transparência Ativa. Temos também o Edital de Oficinas, que teve recorde de inscrições e conseguimos concluir as atividades relativas a oficinas, mesmo trabalhando *on-line*, o que foi bastante significativo.

Posso dizer que tivemos uma frequência muito grande nos equipamentos no ano de 2019 e 2020, mesmo com a pandemia, pelo acesso pela internet, ultrapassamos a marca de 2 milhões de acesso, o que significa um público maior do que isso, evidentemente, porque um acesso não significa apenas uma pessoa. Então foi bem importante o trabalho envolvido por toda a equipe da Secretaria nesse período.

O Plano de Metas teve um cumprimento de 129% da meta. Foram reformados 20 equipamentos culturais, incluindo a reforma para reabertura dos teatros Arthur Azevedo e Paulo Eiró.

Oito equipamentos receberam serviços corretivos para segurança contra incêndio; 26 equipamentos receberam grafites; ainda uma Casa de Cultura em Parelheiros e o novo Centro Cultural da Diversidade. Ainda temos o projeto de construção da Casa de Cultura Cidade Ademar, que está em licitação; e a instalação

de 10 espaços lúdicos para primeira infância em equipamentos culturais, que está em andamento.

Na decisão da gestão deste ano, percebendo as dificuldades de programação, de custeio, todas as dificuldades que tinha e todo o impacto que os nossos equipamentos já tinham ao longo do tempo, fizemos um investimento de compras de materiais de R\$ 7 milhões: teatros, casas de culturas, centros culturais, que tinham deficiência de equipamento; também escolas de música, equipamentos técnicos em geral. Foi um passo importante essa licitação.

Durante a pandemia, é importante ressaltar que tivemos a antecipação dos editais de fomento, totalizando R\$ 70 milhões de recursos para o setor cultural e R\$ 5 milhões de editais da SP Cine também. É importante ressaltar que boa parte desses editais do ano foi antecipada para o primeiro semestre, antes da pandemia, sendo que cerca de R\$ 4 milhões foram de novos editais, visando entre eles atendimento de espaços e questões temáticas, dialogando inclusive com todo o setor. Inclusive na Câmara, quando ouvimos a proposta de parte do setor que gostaria de pegar o recurso de fomento, que ele fosse subdividido como suporte ao setor; e ouvimos a entidades, dialogou bastante e não fez essa opção pela manutenção e sequência de como são e devem ser nesse momento. Acredito que eles devem ser mantidos, estimulados, e ter essa funcionalidade.

Conseguimos equilibrar muito da contratação artística, o número de técnicos também, por *live*, durante a pandemia, com quatro chamamentos que deram ótimos resultados. Terminamos uma atividade de conscientização, com contratação de 2.048 eventos chamados pelo uso da máscara, um evento de característica de interação, entrega de máscaras, entrega de álcool em gel, a elucidação e conscientização da população diante da pandemia nos seus três meses iniciais.

Ampliamos o MAR – Museu de Arte de Rua na Cidade, em homenagem aos profissionais da saúde, as vítimas, também abrimos mais duas temáticas, que não

estão aqui anotadas: uma delas é em combate ao racismo; também as nossas parcerias internacionais, pelo menos duas foram feitas: uma em parceria com o governo de Israel, outra com a Alemanha, e outras estão por vir.

Tivemos contratação artística, com a temática de auxílio ao combate da Covid. Instalamos *totens* pela cidade inteira e diversas programações visuais feitas em torno dessa temática da pandemia. *Toten* no sentido de conscientização, de sensibilização, conquista da autoestima da população em relação à dificuldade que estávamos todos passando.

Executamos a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que está na finalização inclusive dos pagamentos. Tivemos R\$ 70 milhões do repasse do Governo Federal e conseguimos adicionar R\$ 20 milhões de recursos próprios, sendo que boa parte disso foi o trabalho de toda a equipe no sentido daquilo que não era programação, do que não se executaria em função da pandemia, predestinado a isso.

Sabemos que R\$ 20 milhões que foram destinados a subsídios de territórios e espaços culturais não tiveram a sua totalidade do recurso utilizados, eles também migraram para o chamado Inciso XIII. Somados aqueles R\$ 50 milhões, mais os R\$ 20 milhões, permitiu que diversos módulos da Lei Adir Blanc fossem contemplados na integralidade dos seus inscritos, tirando o primeiro módulo e o segundo módulo do primeiro edital, no Inciso III, todo o restante foi contemplado. Somos módulo VI, que teve dobrada a sua capacidade de absorção de inscritos, assim como os de audiovisual também foram ampliados, com esses R\$ 20 milhões de recursos próprios da Secretaria de Cultura, dos quais R\$ 1 milhão foi destinado aos de audiovisual. É importante esse detalhamento.

Hoje já estamos emitindo o pagamento do segundo lote. Conseguimos nos antecipar e tivemos colaboração da sociedade civil em diversos níveis, tanto no grupo de trabalho instituído pelo Prefeito como também na participação das diversas comissões de avaliação de ambos os incisos. Agradecemos a participação dos vários

movimentos e entidades que certamente estão aqui presentes e representados. E isso foi muito importante. Tivemos imensa agilidade também porque tivemos a compreensão de fazer isso de forma autodeclaratória, obedecendo rigorosamente à lei 8666, mas dentro do quesito de emergência dela, e livrando a pasta, a burocratização, que outras cidades e estados estão sofrendo, e muitos deles só vão conseguir fazer o pagamento da Lei Aldir Blanc por volta do final de janeiro, em início de fevereiro – alguns, inclusive, somente em fevereiro –, em função também da maneira como trabalham o seu ano fiscal. Então estamos muito felizes que agora, em dezembro, nós finalizamos o pagamento. E o pagamento é pendente somente de questões que ficaram em análise, projetos que entraram com recurso. O restante todo já está sendo efetivado o empenho e o pagamento ao Banco do Brasil, que está distribuindo esses recursos da maneira mais ágil possível.

Próximo *slide*, por gentileza.

É importante destacarmos que entre todas as temáticas que ficaram muitos fortes no setor cultural, uma das que se destacou foi a questão do racismo. O racismo internacionalmente gritou e ficou mais aparente diante da situação mundial, a partir do que aconteceu com o George Floyd, e, depois, aqui, no Brasil, infelizmente, o que aconteceu lá não Rio Grande do Sul. Então nós já tínhamos diversas ações que foram feitas; as ações contra o racismo foram 67 contratações a partir de uma curadoria de uma comissão de pessoas pretas; o Memorial dos Aflitos na Liberdade, cuja desapropriação já encaminhamos para efetivação desse importante memorial nesse cemitério do bairro da Liberdade, que precisa ser recuperado, tirar esse apagamento da história e trazer à tona toda a violência que foi a escravidão. Já está instalada, e inaugura agora, no dia 5, a estátua do Tebas, um importante arquiteto, que começou como mestre de ofício; está lá na Praça Clóvis Beviláqua, ao fundo da Praça da Sé, apontando o dedo para a Igreja da Sé, da qual ele é o projetista dos pilares principais da Praça da Sé. Temos também o edital de apoio à cultura negra,

com 11 projetos contemplados, que receberam recursos da primeira parcela, iniciaram a execução. Dentro daquele valor de editais, isso significa um milhão e 200. E recentemente, com o que aconteceu lá no Rio Grande do Sul, o movimento *Vidas pretas importam* de grafiteiros, que solicitou o nosso forte apoio, e teve um impacto com aquele grande grafite na Av. Paulista, em frente ao MASP, e assim como outros que aconteceram inclusive nesse final de semana – um final de semana que tinha restrições de horário em função de o trânsito estar liberado para eleição; mas tudo foi feito, outras frases foram colocadas, com o suporte não apenas da Secretaria de Cultura, mas de outras secretarias, a partir da Secretaria de Cultura.

Enfim, agora entramos no orçamento, na PLOA.

É importante dizer que toda a equipe técnica da Secretaria trabalhou com muita atenção para que nós reproduzíssemos; e trabalhou inicialmente achando que haveria um corte; e depois readequou todos os valores.

Aqui temos o que foi orçado em 2020 para 2020, o que obviamente, depois, foi trabalhado. E temos o que está sendo apresentado nessa PLOA, que é o de 21. E ela tem uma variação positiva de 1,47% em relação ao que foi apresentado na última PLOA. Então há um pequeno crescimento. E tem que ser levado em conta que esse pequeno crescimento se dá diante de uma quebra pequena, mas significativa, do orçamento geral da Prefeitura do Município de São Paulo, diante da previsão de baixa arrecadação. Não há possibilidade de se crescer o orçamento diante da arrecadação. Se ela crescer, evidentemente, há suplementações; mas, diante da realidade que nós temos, que a pandemia nos coloca, essa foi (ininteligível).

Nós podemos seguir as curvas de investimento desde 2011. Pegamos várias gestões. E temos um patamar nivelado um pouquinho mais para cima do mais alto, que já se atingiu em outras gestões; uma execução do ano passado de 97%. Esse ano devemos chegar perto disso na execução. É importante que em outros momentos da história nós poderíamos ter mais recursos no PLOA, mas não chegava

nesse índice de execução. Portanto, muitos desses recursos, desse índice alto que vemos nessa curva maior de 2015-16, houve uma perda em função da não execução desse orçamento. Então é importante destacar isso, porque os índices que estão próximos em termos de recurso, mas, em termos de execução, a nossa gestão consegue avançar bastante.

Próximo *slide*, por gentileza.

Do ponto de vista da nossa gestão, nós tivemos uma preocupação em priorizar os equipamentos, a manutenção, nesse momento. Então, em função disso, nós queremos uma recuperação de muitos equipamentos que estão muito atingidos pelo tempo, por não terem sido cuidados originalmente, e também tivemos um direcionamento forte, já que tivemos uma perda muito grande nesse ano de pandemia na questão das reformas. Então temos cerca de 50 milhões voltados às reformas. Se olharmos a diferença entre custeio e obras, temos ali um crescimento significativo, tanto do custeio, ano a ano, como temos um relativo e importante crescimento de 20 para 21. Então temos essa preocupação.

Próximo *slide*, por gentileza.

Aqui nós podemos detalhar com um pouquinho mais de calma que nós procuramos manter entre aquilo que foi atualizado e executado para aquilo que foi orçado em 2020. Já reparamos duas questões técnicas que não estavam correspondendo ao que era. Então já estamos fazendo esse ajuste em parceria com a nossa Secretaria de Fazenda, aqui presente, e com o relator, porque vamos oficializar à relatoria desta comissão em relação especificamente à Lei de Fomento ao Teatro, que havia tido uma queda naquele ano de 21, pelo ajuste feito, que a reparamos e a equilibramos ela em relação ao que foi trabalhado no ano de 2020. Então, se temos que ter 16 milhões, 556 mil, nós passamos a ter, com esse ajuste que será feito, de 17,55 milhões. É a mesma coisa no projeto Vai, que estaria tendo uma perda. Nós reparamos essa nossa falha e já estamos fazendo esse ajuste, fazendo esse

comunicado. Vamos construir isso também aqui nesse debate. É importante, ele pode ser feito pela própria suplementação da discussão aqui na Câmara, e nós apoiamos, estamos completamente abertos a ela, pela importância que tem.

Convém ressaltar e destacar que, item a item, se pegarmos o que é o Programa Cultura Rap, que foi realizado neste ano, tem o mesmo compromisso, com um pequeno valor a mais, para 21. Se formos pegar a gestão cultural comunitária de espaços, nós fizemos um valor ainda maior, por acreditar na necessidade também de estruturação desses espaços que foram muito ameaçados neste ano, alguns deles, inclusive, de serem retirados do lugar, e essa gestão fez grande esforço, na maior intenção, e acredita na manutenção desses espaços. Dois deles eu posso citar, que nós conseguimos conquistar a manutenção – um é o CITA e o outro é o Coragem –, que nós mantivemos esse compromisso.

Do fomento ao forró, aquilo que foi trabalhado nesse ano, de 415 mil, nós conseguimos subir para 656 mil, cumprindo o que foi apresentado.

Para as rádios comunitárias também a mesma coisa: um pequeno ajuste de 1 [milhão] e 900 [mil] para 2 [milhões] e 43 [mil].

No circo, de 493 mil para manter nos cinco... quinhentos... e 350.

Temos o Prêmio Zé Renato, que tem o valor dentro do que ele estava orçado em 2020, e não do que ele foi atualizado em 2020. Então ele está na referência, naquele valor, porque esse valor foi suplementado. Nós temos que trabalhar essa suplementação. E nós a apoiamos, vinda da Câmara.

Temos o fomento à dança também trabalhado no mesmo patamar que foi trabalhado esse ano.

Do fomento ao teatro eu já falei que nós cometemos um erro técnico. Esse ajuste já está feito dentro daquilo que foi realizado esse ano para o que será realizado no ano que vem.

Quanto ao fomento à música, entre aquilo que estava orçado e aquilo que

está na PLOA de 21 está mantido. Há uma diferença técnica que foi atualizada, porque realmente é movimentação complementar aqui da Câmara, e a qual nós apoiamos, caso haja esse movimento.

Em relação a outras linguagens artísticas... Desculpe, eu errei o número. Eu falei de linguagens artísticas como se estivesse falando de música, eu estou falando de linguagens artísticas. Pegamos uma solicitação de 4 mil, ele foi realizado em 6 milhões, 748 [mil]. Mantivemos na faixa dos quatro milhões, acrescentando 671 mil, e manteve o (ininteligível) na PLOA, de modo a trabalharmos de maneira equilibrada. Se tiver suplementação via Câmara, nós também damos esse apoio.

Também em relação à música, tivemos um orçado de 1 [milhão], 651 [mil]. Trabalhos esse ano com 975 mil. Propôs, 1 [milhão], 536 [mil], e mantivemos 1 [milhão], 536 [mil].

Em relação ao edital de eventos em ruas, nós tínhamos a proposta de 500 mil, e trabalhou esse ano 8 milhões e 400. Nós voltamos na PLOA com 240 e estamos mantendo os 274... e nós estamos mantendo os 264, porque tudo isso que entrou a mais veio de suplementação desta Casa.

Bom, temos aqui o Vai, que também já colocamos essa questão do erro técnico; ele está ajustado aqui.

O fomento à periferia da cidade de São Paulo teve orçado 2 milhões, e trabalhamos com 10 milhões, 598 [mil]. Chegamos ao valor de proposta, que é de 2 milhões, 880 [mil].

Bom, de Cultura Viva, eram 3 milhões, 915 [mil], trabalhamos com 2 milhões, 455 [mil], e estamos apresentando 2 milhões e (ininteligível).

Para o programa Jovem Monitor foi apresentado 9 [milhões], 513 [mil]; estamos com 8 [milhões], 425 [mil], e estamos trabalhando com 8 [milhões], 337 [mil]. Então o que trabalhamos e uma diferença um pouco para mais.

A Escola Municipal de Educação Artística, a nossa EMIA, foram propostos

600; e foram trabalhados 600 neste ano. E estamos fazendo uma proposta maior, que ela pretende ampliar para uma segunda unidade, e tem uma necessidade grande de recuperação. E colocamos, então, 1 milhão, 591 mil.

Temos 2 milhões, 667 mil do Programa PIA, que foi executado, trabalhado, 1 milhão, 937 mil; e nós estamos colocando 1 milhão, 920 mil.

Acho que pulou para a próxima página. Eu não estou conseguindo visualizar, que a minha tela não cobre os números relativos ao vocacional, que está mantido, ali. Dos 3 milhões, dos 2 milhões, 173 mil, nós pusemos 2 milhões, 286 mil. É importante ressaltar que essa gestão acredita nesse programa. Esse é um programa fundamental e que merece uma visão específica e mais cuidadosa. O ano de pandemia dificultou muito a vida do vocacional esse ano.

Do Território Hip Hop, Vocacional Hip Hop, eu não estou conseguindo visualizar os números. Eu acredito que todos estejam visualizados, a minha tela não consegue compreender. Está aqui.

Ele tinha um orçado de 1 milhão, 250 mil. Ele não foi trabalhado no orçamento, foi zerado. Nós pusemos 250. E esperamos conseguir ampliar esse valor com a participação desta Casa.

Fizemos, evidentemente, uma colocação não de todos os projetos, senão tornaríamos aqui um número infinito. Eles estão todos disponíveis na apresentação da PLOA, que está pública. Aqui é somente um resumo para apresentação.

Podemos ir para a próxima página, por favor.

É importante que o fato de execução orçamentária está pensando naquilo que você está pagando em cada ano. Então pensamos o orçamento da Secretaria de Cultura e da Fundação Theatro Municipal, e a previsão foi calculada a partir do valor empenhado até o dia 27 últimos. Temos ali empenhado ainda 76% já previstos, então, para pagamento, o que vai equiparar a execução de 2019, alcançar essa execução, ainda que num ano tão difícil quanto o ano da pandemia. Nós acreditamos que esse

número ainda vá ser maior que isso. Tudo depende do período que vai se fechar o sistema pela Secretaria de Fazenda. Nós sabemos que o que está empenhado é o que está garantido. Existe mais a ser feito e existem contas a pagar que ficam para o outro ano.

É muito importante esclarecer a todos que muitas vezes o valor que está lá disponível fica pendente. Por exemplo, um projeto que ganhou algum edital, e não apresentou a sua documentação, ou tem alguma intervenção por alguma questão jurídica. Esse valor não pode ser movimentado até que isso esteja resolvido e possa ser pago ou esse recurso possa ser movimentado em outra direção. Então isso é bem importante, porque muito da execução orçamentária tem a ver com isso: boa parte disso que não é executado é porque fica pendente por alguma razão, que não é exatamente aquela da vontade política do gestor, e, sim, pela questão jurídica em relação a alguns projetos, e pela necessidade de ter essa reserva em relação a algum tipo de pagamento, além, evidentemente das reservas que são necessárias e fundamentais para o garantimento do servidor público. Isso também entra e é mensurado mês a mês. É importante a gente ter no cálculo da folha de pagamento.

Então, nunca é uma execução de cem por cento por essas duas razões.

Mais um slide, encerramos a apresentação aqui, para estarmos abertos a perguntas e colocações. Estou acompanhado por toda equipe técnica e coordenadores de todas as áreas presentes. Não citei um por um na apresentação até porque estamos num formato online, não daria para apontar na tela para que todos visualizassem, mas está aqui o Vicente, representando a Secretaria da Fazenda. Estamos abertos e disponíveis a ouvi-los, a dar-lhes as respostas necessárias a todos os questionamentos e, também, dispostos a todas as negociações feitas neste período da aprovação do PLOA para que a gente possa ajustar tudo. Então, abrimos para vocês.

Muito obrigado pela oportunidade de estar falando aqui na Casa do Povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário.

Eu recebi um recado do representante da Secretaria de Finanças Vicente Calvo. Ele não quer se manifestar neste momento. É isso, se eu entendi esse recado?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Isso mesmo, Donato. Por conta da quantidade de inscritos que a gente tem, e, também, porque a Fazenda acaba fazendo mais um acompanhamento das discussões, de eventual acompanhamento de demandas que sejam apresentadas, a ideia é permitir o máximo de manifestações possíveis, e a gente acompanha no que for possível a Secretaria de Cultura e dá os encaminhamentos necessários *a posteriori*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Caso seja necessário, ao final, se existirem questões para a Secretaria da Fazenda, vocês se manifestam.

Representante do Tribunal de Contas, o nosso amigo Thulyo, está presente? (Pausa) Acho que não.

Como a gente tem muitos inscritos vamos dar início às inscrições, mas, antes, quero registrar as presenças dos Vereadores Rodrigo Goulart, Adriana Ramalho, Suplicy.

Primeiro, vou passar a palavra aos cidadãos e cidadãs e, depois, ao Vereador Suplicy que já está inscrito e aos demais Vereadores que desejarem fazer uso da palavra.

Temos 73 inscritos, então, encerro as inscrições neste momento, conforme combinado ao fim da fala do Secretário.

A primeira é a Tânia Callegaro. (Pausa)

A SRA. TÂNIA CALLEGARO – Boa tarde. Eu sou Professora do Curso de Biblioteconomia e Ciências da Informação da FESP.

Eu quero trazer uma questão que está relacionada com a desigualdade dos equipamentos culturais que nós temos na cidade de São Paulo. Nós temos 96

distritos, 18 deles estão zerados de equipamentos culturais, sendo que muitos não estão zerados, mas sem bibliotecas, sem casas ou ponto de cultura.

Isso é preocupante quando a gente pensa no desenvolvimento e na formação da criança e do jovem para estar aprendendo a ler e a se formar um cidadão. Uma criança que não tem contato com nenhuma referência cultural de outras culturas ou da sua cultura nacional e da sua cultura, da diversidade cultural que tem no nosso país...

Outra coisa: temos alguns distritos que têm todos os equipamentos que são poucos – oito – e o centro também.

Então, as atividades culturais, os grandes eventos culturais, importantíssimos, inclusive, gratuitos ou com preços muito acessíveis, não são disponibilizados às pessoas que moram na periferia ou que estão em distritos muito vulneráveis, com pouco transporte ou com pouco transporte de massa. Essas pessoas não têm acesso. Então, a gente precisa verificar isso.

Quanto muito temos uma escola, um posto de saúde, uma igreja. Quer dizer, nós temos que pensar na formação desses jovens, como cidadãos e pensando na questão da educação e da cultura, do domínio e do aprendizado da literatura, da leitura crítica, do desenvolvimento do seu imaginário, da sua criatividade e também pensar que cada distrito pode ter condições – e tem condições – de desenvolver a sua cultura local, a sua memória, os seus talentos, os seus escritores, a sua literatura.

Nós temos hoje isso, mas não temos bibliotecas, não temos meios para estar registrando e preservando toda essa cultura local.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Tânia.

A segunda inscrita é Sophia Castellano.

A SRA. SOPHIA CASTELLANO – Boa tarde a todes, a todos e a todas presentes nesta reunião. Eu me chamo Sophia Castellano. Eu sou Produtora Cultural,

Artista e atual Conselheira do Plano Municipal do Livro, Literatura e Bibliotecas e Membro da Frente de Festas Literárias de São Paulo.

Primeiro, venho pontuar a questão dos 3% para a Cultura. Eu acho que isso é o básico. E, também, venho colocar, nesta reunião de orçamento da Cultura, a necessidade de se considerar no orçamento do ano que vem uma quantia a ser inserida na rubrica orçamentária do Plano Municipal do Livro, Literatura e Bibliotecas que se encontra vazia neste momento. Então, a gente tem uma rubrica orçamentária do Plano que foi aprovada em 2015. Agora, em 2020, teve seu primeiro Conselho empossado e ativo. E essa rubrica orçamentária se encontra vazia.

Uma das metas do Plano diz sobre as Festas Literárias de São Paulo. Nesse sentido, eu venho pontuar, a partir do Plano que São Paulo é a cidade do país com mais eventos literários acontecendo anualmente e, infelizmente, nós não temos nenhum edital ou aporte oficial da verba pública destinada para tais atividades no Município.

A verba do orçamento do Plano será para garantir e fortalecer essas iniciativas já existentes. As festas literárias movimentam a economia em todos os pontos da Cidade, movimentando o ecossistema do livro, fortalecendo a leitura, a formação de novos leitores, os artistas, os coletivos culturais da região e os equipamentos públicos, como as bibliotecas, as escolas, as casas de culturas, as bibliotecas comunitárias etc.

Ou seja, as festas literárias são uma iniciativa muito importante da economia criativa local nas periferias e devem ter a sua consideração para essa rubrica de Festas Literárias dentro do Plano Municipal do Livro, Literatura e Bibliotecas.

O valor inicial pensado para essa rubrica é de 1 milhão para fazermos um aporte e um apoio a essas festas e feiras literárias já existentes.

Vale pontuar que, neste momento, estamos numa situação bastante delicada, porque, às vezes, surgem alguns apoios mas não são oficiais. Então, a gente

precisa de edital oficial que venham por meio da Secretaria de Cultura, por meio do preenchimento de verba dessa rubrica orçamentaria do Plano Municipal Livro, Literatura e Bibliotecas.

Por enquanto, é isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O terceiro inscrito é o José Renato Fonseca de Almeida.

O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA – Boa tarde companheiros, boa tarde Donato, Secretários, Vereadores, pessoas da equipe da Secretaria, boa tarde a todos.

Como regimento a gente vem há anos fazendo, defendendo os 3% para a cultura, com metade para a periferia.

Toda vez que acontece uma reunião ordinária, uma reunião sobre o plano orçamentário da Cidade, o Secretário da Fazenda nos apresenta que a função cultura já passa de 1%. É verdade. O próprio *slide* apresentado agora pelo Secretário mostra que juntando tudo da função cultura, a Pasta da Secretaria mais SPCine mais a Fundação mais verbas que podem ser alocadas via Turismo e Educação que geralmente acontecem como função 13. É real que a gente passa que 1%. A gente sabe disso.

Só que aquilo que é alocado e executado via Secretaria Municipal de Cultura que é aquilo que efetivamente a gente consegue dialogar e discutir no sentido de realização de um Plano Municipal de Cultura, via um Conselho Municipal de Cultura etc. é da ordem de 0,6 ou 0,5% executado. A gente está com uma execução neste ano, até o presente momento, que pode ser tirada do site do Tribunal de Contas do Município, de cerca de 300 milhões, na Pasta da Secretaria Municipal de Cultura, tirada a parte das outras coisas que compõem a função 13.

É neste lugar que a gente pede que uma projeção de avanço aconteça

para, pelo menos, 1%.

A gente quer que o Secretário tenha mais verba para executar todas as coisas que estão dentro do Plano Municipal de Cultura. A gente não precisa inventar programas nem nesta nem noutra nem em qualquer outra gestão. A gente tem um Plano Municipal de Cultura que, inclusive, demanda uma revisão, em tese, no ano que vem, 2021, que dá toda diretriz de gestão municipal para isso. Seria muito mais simples do que a cada ano a gente vir aqui tentando puxar para um lado ou para outro ou ficar tentando criar novos nomes para programas que já estão desenhados dentro de um plano maior.

Do ponto de vista de uma linguagem específica que é aquela na qual eu tramito eu venho aqui pedir que o forçamento do fomento à dança seja levado para 18 milhões, que seria uma recuperação daquilo que já foi execução maior - a gente nunca se recuperou daqueles 47% que foram congelados quando o Dória entrou na Prefeitura – e a manutenção da verba para o Centro de Referência da Dança no valor de 1,5 milhão.

Muito obrigado a todos pela palavra.

Até breve.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, José Renato.

Eu queria passar a palavra para o Vereador Suplicy para que ele faça o seu questionamento.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Muito obrigado, Presidente Antonio Donato. Muito boa tarde ao Secretário da Cultura Hugo Possolo, agradeço por ter marcado para amanhã, às 11h, um diálogo sobre as emendas. Eu sempre encaminho para a Secretaria da Cultura diversas emendas, porque considero algo tão importante e, amanhã, nós temos um diálogo sobre elas, dentre as quais uma que eu gostaria de salientar aqui refere-se ao Teatro Oficina.

É uma emenda de cem mil reais para ajudar, assim como acho que outros

Vereadores também o fizeram, a manutenção e preservação do acervo do Teatro Oficina.

Mas gostaria de ressaltar que considero muito importante que possamos, em breve, fazer uma audiência pública presencial na Câmara Municipal sobre o Parque do Bexiga, Projeto de Lei do Gilberto Natalini, nosso Vereador, mas que teve a coautoria minha e de tantos outros Vereadores e, também, a aprovação por larga maioria na Câmara dos Vereadores, mas fomos surpreendidos quando, num final de semana, quando o Prefeito Bruno Covas se encontrava em recuperação de saúde, o Presidente da Câmara Eduardo Tuma vetou o Projeto da Criação.

Então, há um movimento muito grande da parte de Artistas e Moradores da Bela Vista e do Bexiga que querem a reconsideração desse veto por todos nós, Vereadores, portanto, quero ressaltar este aspecto.

Quando o Secretário anterior Alexandre Youssef esteve à frente da Secretaria, mostrou ser muito favorável a que pudesse o Teatro Oficina não ser cercado por edificações de edifícios que o Grupo Silvio Santos quer ali fazer, e é importante que a Prefeitura possa propor um intercâmbio de outra maneira para que o Grupo Silvio Santos possa construir em outro lugar ou aproveitar a licença.

E gostaria, também, de informar: eu encaminhei tanto ao Prefeito quanto ao Secretário da Cultura Alexandre Youssef a proposta de um concurso para que se realize um Prêmio para Artistas, Escultores e Artistas das mais diversas Artes Plásticas para que possam efetuar projeto sobre a Violência Doméstica contra a Mulher, com base, inclusive, na sugestão que eu próprio vi com a Mônica Dallari, na caminhada para Santiago de Compostela. Vimos uma escultura muito bela que nos impressionou, em honra às mulheres mal tratadas.

A ideia seria fazer um concurso para a seleção de obras de artes tridimensionais, para que possa a população refletir melhor sobre como não realizar violências contra as mulheres. Eu, amanhã, falarei mais sobre isso, prezado Secretário

de Cultura, Hugo Possolo.

Muito obrigado por sua atenção.

Apenas, Presidente, só faltou aqui também manifestar toda a solidariedade ao Wellington Copido Benfati, o negro que foi, infelizmente, assassinado nesse último final de semana na Vila Madalena, que é um pintor de grafite. Então, na Vila Madalena, eles pintaram um muro, nesse final de semana, de negro, em homenagem a esse negro que foi assassinado de uma maneira totalmente indevida. Minha solidariedade a mais um negro que é assassinado em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Suplicy.

A próxima inscrita é Marilene Pereira de Araújo. Não está? Então, vamos ao Sandro Borelli.

O SR. HUGO POSSOLO – Donato, desculpa, só uma questão de ordem.

Eu acredito que tenha 70 inscritos e até que eu responda tudo, pode ser que muitos assuntos possam se perder. Minha sugestão de dinâmica é que na hora que a gente fechar dez falas, que eu dê respostas breves sobre essas dez falas e depois abrimos para outras dez. Acho que isso antecipa algumas questões que possam ser feitas, se você concordar com isso, acho que é uma dinâmica que pode ser mais prática.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não. Vamos fazer assim.

Então, na décima fala eu abro, mas a gente tem de ser bastante objetivo nas respostas também, para que consigamos seguir com as quatro, cinco horas de audiência pública.

Sandro Borelli, com a palavra.

O SR. SANDRO BORELLI – Boa tarde a todas as pessoas. Boa tarde, Donato. Obrigado pela oportunidade.

Bom, gente, vou ser o mais breve possível. Sandro Borelli, atual presidente da Cooperativa Paulista de Dança. Eu vim aqui solicitar, mais uma vez, uma reflexão mais sensível e, talvez, mais qualificada na questão cultura em São Paulo.

Há anos temos repetido o mesmo texto, ou a mesma dança, ou a mesma música. Ou seja, se queremos uma cidade com um futuro promissor, a arte, a cultura, precisam ser prioridade, pois ela perpassa em todas as áreas da administração pública.

Se queremos, por exemplo, menos violência, mais arte e cultura. Se queremos uma população menos doente, mais arte e cultura. Se queremos uma educação mais ampla para as nossas crianças e jovens, mais arte e cultura. Se queremos melhorar os índices econômicos gerais desta cidade, deve-se investir em arte e cultura. Deveria ser básico esse entendimento entre nós, aqui. Não produzimos manufaturados industriais e sim sensibilidade, reflexão, diversidade, pertencimento, cidadania, etc, etc.

Gente, as relações humanas desta cidade precisam de uma urgente transformação e essa transformação passa pela Câmara Municipal e pelo Executivo, de uma vez por todas.

Esta Casa e, também o Executivo, vêm se notabilizando como um lugar de falta de empatia. Isso é notório. Isso tem sido terrível para o futuro desta cidade. Para fazer política de verdade é necessário: mais humanidade, mais criatividade, outras formas de se relacionar com o povo. Esses atuais 1,1% da cultura no orçamento, mais ou menos isso, é um absurdo, em se tratando de São Paulo.

E, para encerrar, precisamos que o fomento à dança volte a ter investimento do Poder Público, como foi na gestão passada. Não na gestão do Doria, antes, anterior. Foi inexplicavelmente cortado pela metade, desde quando o Doria assumiu a Prefeitura

Para atender as demandas da área – e essa área, gente, é a terceira maior atividade artística praticada no país, segundo o IBGE. Talvez a maioria não saiba disso. Ou seja, faço coro ao que o Zé Renato disse aqui agora: são necessários 18 milhões de reais, ao invés dos oito milhões e seiscentos, que a Secretaria de Cultura

está propondo.

É irrisório, não dá para entender por que o fomento à dança continua estagnado. Não devemos esquecer também do Centro de Referência da Dança, que foi uma conquista dos artistas paulistanos e se tornou uma realidade, principalmente para a periferia paulistana. E são necessários um milhão e quinhentos no investimento do local.

Por fim, a nossa grande bandeira de luta, 3% para arte e cultura, metade desse valor para a periferia de São Paulo. Encerro, política se faz com afeto. Arte e cultura não é gasto, é investimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sandro.

Próxima inscrita, Inti Queiroz.

A SRA. INTI QUEIROZ – Boa tarde a todas, a todos.

Estamos mais uma vez aqui, então, numa audiência do orçamento da cultura, defendendo o óbvio. São quatro anos defendendo o óbvio, repetindo as mesmas frases e escutando respostas evasivas. Eu espero que o Secretário responda algumas questões em relação a isso.

Primeiro, eu acho que seria importante, nesse final de gestão, que a Secretaria Municipal de Cultura fizesse uma prestação de contas em relação às 96 ações do Plano Municipal de Cultura e o que foi de fato implantado em relação a isso. Porque numa das últimas audiências que participei com o Secretário, inclusive, foi me dito que eu tratava de desonestidade intelectual por afirmar que essa Secretaria não implantava o Plano Municipal de Cultura.

Então, eu gostaria, como cidadã, como sociedade civil, de uma prestação de contas, que eu já cobre diversas vezes. Assim como foi feita a partir desses programas que foram apresentados, seria muito importante, afinal eles foram reeleitos e para que a gente possa começar a conversar, isso seria muito importante.

O segundo ponto, temos o PL 343, assinado por mais de 23 Vereadores, que clamam pela aprovação da Lei Municipal de Emergência Cultural. A pandemia não acabou, nós da cultura, estamos numa situação muito difícil e não aguentamos mais não podermos trabalhar e não termos um respaldo real.

Houve uma suplementação de 20 milhões de reais, porém sabemos que isso não será suficiente. A Lei Aldir Blanc não... desde o começo nós sabíamos que não seria suficiente. Então, eu gostaria de saber se há um consenso da Secretaria em relação ao PL 343 e se a gente pode “botar” para votar.

E, finalmente, eu pergunto sobre o PL 376/2016, o PL é sobre especificidade da música, que está há quatro anos em tramitação e até agora nós não conseguimos de nenhum dos três Secretários da Cultura dessa gestão uma confirmação de um apoio real, para que a gente possa “botar” para votar em segunda votação e que não vai ter problema de veto nenhum do Prefeito Bruno Covas.

Nós fizemos uma reunião com a Prefeitura, no mês de agosto, e estão até agora para nos responder. Falaram que iriam fazer uma reunião com a gente, junto com o Secretário. Estamos aguardando o retorno e vamos continuar cobrando.

Aproveito, então, para pedir também uma ampliação do orçamento para cinco milhões para a rubrica do fomento à música, já que nesses quatro anos, apesar dos cinco milhões de reais ao todo, em quatro anos que foi proposto na Lei Orçamentária Anual, foi executado apenas 1,975 milhão.

É uma vergonha um fomento à música com apenas 975 mil reais. Isso é uma vergonha. Mesmo 1,536 milhão, pelo amor de Deus, é esse o valor que se dá para os projetos da música na cidade de São Paulo? Por favor, pensem melhor nisso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Inti.

Próxima inscrita, Alessa Camarinha. (Pausa) Bom, eu vou chamar o próximo, caso ela apareça, terá garantida a palavra. O próximo é Gustavo Mariano

Xavier.

O SR. GUSTAVO VINICIUS DE OLIVEIRA MARIANO XAVIER – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente já queria agradecer o espaço, aos Vereadores Donato, Suplicy, Soninha, que mesmo ela não estando com a câmera ligada, está no *chat*. Sou Gustavo Xavier, e venho, hoje, representando dois grupos que atuam no Carnaval de rua de São Paulo: o grupo que ganhou e o grupo Fórum dos Blocos.

A gente resolveu se juntar e fazer um grupo de ação, porque estranhamos muito, nesse demonstrativo enviado semana passada pelo Secretário de Finanças, a ausência do fomento ao carnaval de rua. Esse ano, a gente teve um edital de cerca de um milhão de reais para haver o carnaval de rua e isso é uma maravilha. Mas, a gente estranhou muito a ausência nesse novo demonstrativo.

Vai ter um corte nesse fomento? Vai ter uma exclusão nesse fomento? A gente está aqui, hoje, principalmente para lutar pelo aumento desse fomento, não pela exclusão. A gente quer quatro milhões, a gente quer quatro vezes o que foi dado esse ano.

Esse ano fomentaria apenas 20 blocos. Com quatro milhões a gente consegue fomentar de 150 a 200 blocos, e blocos pequenos, blocos que geram renda, que geram emprego nas periferias: técnicos de som, costureiras que fazem fantasias, oficineiros de dança, de bateria. O carnaval de rua é um gerador de renda.

O carnaval de rua, segundo o próprio observatório Guia do Turismo desse ano, que está no *site* da Prefeitura, diz que movimentou 2,6 bi, “de bola”, 2,6 bilhões de reais em serviços turísticos, sendo: hotel, refeição na rua, transporte; 5% disso é ISS para a Prefeitura. Então, numa conta grosseira, dá cerca de 150 milhões de lucro em ISS gerado pelo carnaval. De onde tirar verba? Tem.

O Carnaval precisa de fomento. Além do mais, a gente também está junto com as outras linguagens, com o movimento via cultural da cidade de São Paulo. A

gente quer 3% do orçamento total do Município para a cultura. Sabemos que não é possível já no próximo ano, esses 3% já estão na Pasta. Mas, é uma luta para até o final dessa próxima gestão. Queremos que no próximo ano tenha pelo menos 2%.

Por último, eu queria fazer uma fala reforçando o que foi dito pela querida amiga Inti sobre o PL 343. É uma vergonha termos passado uma pandemia emergencial, onde a maioria periférica faleceu. Morreu, não teve acesso à saúde e é uma lei emergencial que está sendo assinada, está sendo de coautoria de 23 Vereadores, ou seja, quase a metade dos Vereadores estão juntos e, mesmo assim, isso não foi votado. É uma vergonha e a gente vai fazer pressão. A próxima gestão vai ter a marca da pressão da cultura.

Tamo junto, todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Gustavo.

Próximo, Uilian Ribeiro.

O SR. UILIAN RIBEIRO – Boa tarde, Donato, Soninha, Suplicy, Secretários, todas e todos os presentes nesta sala. Eu sou Uilian Ribeiro e participo das assembleias do fórum do *reggae* e concordo com as abordagens sempre pertinentes dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Dito isso, eu trago reforço e destaque para os seguintes pleitos: a indicação de relator para a cultura na LOA 2021 é de primordial importância, juntamente com a luta histórica para alcançar os 3% para a Pasta da Cultura, na função 13, sendo que 1% já deva ser acatado para a rubrica da Secretaria Municipal de Cultura, nesse orçamento.

Trago, também, que desde março propomos que seja criado com recursos de 50 milhões o fundo emergencial para a categoria, que dialogue com a redação e as discussões sobre o PL 343; e vale a ressalva de que esse projeto é supra partidário e é assinado pela maioria dos Parlamentares, com mandatos vigentes ainda em 2020, que aguarda ser pautada para a segunda votação.

E sobre isso, aproveito para solicitar para a Vereadora Soninha para que elucide, por favor, o teor do DOCREC 775/2020, anexo a esse projeto, desde 5 de outubro. A pandemia não acabou, porém, as políticas públicas para a cultura sim, estão com os dias contados e, por isso, a pauta é extremamente relevante.

Sobre a linguagem *reggae* trago a demanda de que é inconcebível baixar o orçamento de 1,5 milhão para 740 mil reais. Isso é um absurdo, bem como toda a dificuldade que existe para o empenho desse orçamento e a execução dos recursos através das políticas públicas estruturantes para essa cultura.

Sendo assim, como porta-voz, eu solicito o ajuste da linha de atividades para a cultura *reggae* para três milhões, para que se tenha a oportunidade de real fomento e atividades de formação para a categoria, a partir dos debates para a próxima edição do evento digital do *reggae* e Dia Municipal do Reggae. No caso do edital, os prêmios, hoje, sendo entre 25 e 30 mil, atendem somente à criação de obras artísticas modestas.

Eu trago, também, a reivindicação para a aprovação do PL 478/2019, projeto esse que aguarda ser pautado em segunda votação nesta Casa, e seu texto traz justamente isso: fomento justo e tão necessário para o *reggae* que, desde 2018, foi inserido mundialmente pela Unesco como patrimônio imaterial da humanidade, e São Paulo e o Brasil não podem ignorar essa inclusão.

Por fim, destaco à necessidade de inserção de uma nova alínea denominada Centro de Referência Memória do Reggae, com o valor inicial de 2 milhões, pois é essencial que a Prefeitura de São Paulo tenha ao menos um espaço dedicado para essa importante linguagem da Cultura”.

Obrigado a todos! Reggae é a lei!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Uil. Secretário, queria também fazer uma colocação e aí o senhor dará respostas para o primeiro bloco, só para nos entendermos por que os números que acompanhei com o senhor não estão

batendo com os meus.

A primeira questão é que quando o senhor agrupa teatro e SPCine, o senhor diz que passa de 624 milhões, em 2020, para 633. Pelas minhas contas, cai de 638 milhões para 633. Essa é a primeira observação porque parece pelas minhas contas, em 2020, 14 milhões em cinema e audiovisual, e agora 27 milhões. Esses 14 milhões, me parece, não estavam computados. Mas a minha grande questão é quanto ao orçamento da Secretaria de Cultura, que cai de 492.722 mil para 475.142 mil. E os 17 milhões que são cortados, são basicamente nos fomentos e nos programas conforme listados pelo senhor. Utilizar execução em 2020 não me parece um bom critério, já que vivemos um ano absolutamente atípico. Sei que o senhor trabalha com as restrições impostas pela Secretaria de Finanças, mas de qualquer forma me parece que aqui tem um problema. Até o Vicente da Secretaria de Finanças pode discutir porque há uma queda de 2,1% no Orçamento, para o ano que vem, mas a queda não é bem nas Receitas Correntes, é basicamente em Receitas de Capital, no plano de desestatização que diminui, e já estava inflado para 2020 como foi demonstrado. Então, não afeta diretamente o custeio das secretarias. Então, eu estou querendo saber dos 18 milhões a menos, distribuídos basicamente nos fomentos e em outros projetos de incentivo cultural.

O senhor falou, me parece, numa correção de 1,5 milhão, eu não consigo acompanhar toda apresentação, mas, de qualquer forma, têm mais 16 milhões para corrigir o que era de 2020, e não estamos dizendo que era o ideal para 2020.

Por fim, como sempre falamos em porcentagem, eu não vou utilizar a função Cultura, vou utilizar a Secretaria porque estamos conversando com o Secretário. Na função Cultura tem a Secretaria de Turismo, tem eventos, tem outras despesas que não dizem propriamente respeito à ação do Secretário. Mas, veja, a média da gestão Haddad foi de 0,74% de participação da Secretaria de Cultura no Orçamento. A média dos últimos três anos foi de 0,66%. E até outubro deste ano,

estamos em 0,55% do Orçamento global. Evidente, até outubro temos mais despesas, é possível que o senhor supere o 0,55%, muito provavelmente superará.

De toda forma, é uma participação orçamentária proporcional ao crescimento da receita, mas vai diminuindo o papel da Secretaria de Cultura. Como eu disse, talvez caiba uma explicação da própria Secretaria de Finanças porque não é o senhor que define quanto vai ter no caixa. Mas a distribuição interna, é o senhor que tem de fazer o exercício quanto à distribuição interna dos recursos. Queria então que o senhor pudesse abordar essas duas questões.

Com essas questões, passo a palavra para a próxima rodada. Tem a palavra, pela ordem, Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Apenas, relativamente ao Teatro Oficina, gostaria de saber, o Secretário Hugo Possolo provavelmente terá lido na *Folha* de hoje, a tragédia anunciada para o Teatro Oficina, que pode ser interrompida.

Ele ressalta que hoje, 30 de novembro, lua cheia, estamos celebrando 40 anos de luta diante da árvore *caesalpinia*, plantada pelas mãos de Lina Bo Bardi, no Teatro Oficina. Ele quer muito que haja o apoio do Secretário Hugo Possolo à Cultura de São Paulo. Como o próprio Alê Youssef tinha, e acho que ainda tem, a opinião a favor de que o Teatro Oficina não seja cercado pelas torres do projeto de Silvio Santos, mas que a Prefeitura possa propor alternativa de outra área de São Paulo.

Então, minha homenagem à Cultura proporcionada por tantos anos pelo Teatro Oficina, que tem mais de 60 anos, eu peço que o Secretário considere essas palavras. Digo apenas, quero acrescentar, Secretário Hugo Possolo, que José Celso Martinez Correia, diretor, ator e fantástico contribuinte com a Cultura brasileira, está ouvindo a sua resposta no viva-voz.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Secretário.

O SR. HUGO POSSOLO – Muito obrigado, Suplicy. É bom saber que o Zé Celso está ouvindo. Evidentemente, eu também fui surpreendido, naquele momento quando havia sido anunciado Secretário, por aquela lamentável decisão de não ter o Parque do Bixiga, que tem o meu total apoio, assim como tem apoio essa instituição histórica do teatro brasileiro, que é o Teatro Oficina. E ao Zé Celso, estou à disposição para colaborar. Assim como nos momentos mais graves, fui procurado, e estive totalmente aberto ao diálogo. Eu mesmo procurei diretamente, tanto o Marcelo quanto o Zé, com a preocupação desse valor, desse significado.

Então, evidentemente, podemos trabalhar juntos no sentido da luta pelo Parque do Bixiga, por essa recuperação e reparação desse equívoco cometido, e preciso compreender as características, os detalhes para que eu possa ver o encaminhamento que posso dar para que possamos reverter a situação. Se for reversível, evidentemente, estarei ao lado de vocês, o tempo todo. Mesmo que não esteja, quer dizer, só não terei a capacidade de fazer reverter, o que me parece, se for uma decisão judicial. Eu já ia colocar isso em minha fala, estava seguindo a ordem de todos que se apresentaram, para eu ser breve, não esticar demais.

Vamos à Tânia, que foi a primeira a falar, falou dos 96 distritos. É importante, obviamente, dividir em distritos porque há uma diferença, existe mesmo uma defasagem. Mas a única subprefeitura que não tem equipamento cultural é da Cidade Ademar. É importante ressaltar – e já respondendo à Sophia – que São Paulo possui 54 bibliotecas no seu sistema e mais as bibliotecas dos CEUs, que devem passar da Educação para a Cultura, para que haja uma melhor conexão com seu entorno. Os CEUs estão instalados em regiões de baixo IDH, sendo que este ano estão sendo inaugurados 13 novos CEUs, portanto, 13 novas bibliotecas somando mais ainda ao nosso sistema. Nosso objetivo é ampliar o sistema de bibliotecas com as bibliotecas dos CEUs, ampliar esse alcance.

Ainda em relação à Sophia, nós temos na rubrica, não é um milhão, não é

uma rubrica direta, está dentro de bibliotecas e nas festas literárias, que tem lá destinados 1,5 milhão. Não foi falado aqui porque era uma síntese, e a gente só falou do sistema municipal de bibliotecas. Mas então, o valor solicitado, já ultrapassa a própria questão.

Queria juntar a fala do Zé Renato e do Sando Borelli a respeito da dança. Realmente, é muito importante que anotemos os números. Em 2011, tivemos 7,180 milhões; em 2012, 9,024 milhões; em 2013, 9,874 milhões. Em 2017 eram 13,960 milhões, mas 50% do valor foi utilizado, foi executado somente 6, 075 milhões. Quer dizer, metade foi congelado, só foi executado uma parte. Esse é o último ano da... e aí a gente passa, em 2018, para 9 milhões, equivalente ao que foi em 2012. Em 2019, passamos para 8 milhões, houve uma queda; e em 2020 estamos propondo 2,466 milhões, um valor intermediário entre 2012/2013. Isso não é para justificar que eu acredite fique nesse patamar não. Toda fala do Sandro Borelli, toda primeira parte da sua fala, eu concordo imensamente, e isso colabora com o que o Donato falou em relação a questão do investimento no quesito Cultura, ele é muito maior do que a própria Secretaria porque pega outras secretarias, como a do Turismo.

Isso responde também, de certa forma, a fala do Gustavo no sentido de qual é a preocupação, não há exclusão do Carnaval, tanto que foi nessa mesma Gestão, em 19, e está dentro da dotação 6359, portanto dotação de Gestão, e foi aplicado esse recurso no Carnaval. Então, é possível termos um debate sobre isso porque não está dentro de uma lei, é uma opção da Gestão. E há ainda uma discussão de como será trabalhado o Carnaval do ano que vem. Como foi mudada a data, há uma preocupação de como discutir os investimentos e as questões ligadas ao Carnaval devido à pandemia.

Para completar ainda há uma resposta ao Will. Evidentemente, estamos partindo – como diz o Donato – do que está orçado, do que foi colocado e depois do que se conseguiu fazer, e do que se conseguiu fazer, Donato, está dentro dos

números do ano anterior. Não há divergência em função da pandemia porque não houve corte de fomentos no ano 2020. Ele seguiu os padrões de 19, mesmo diante da pandemia. Então, não há diferença nesse caso, simplesmente seguiu o mesmo parâmetro porque nós sabíamos que seríamos cortados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Secretário, só para dialogar com o senhor. Se o senhor baixar a régua, é possível que a execução continue no mesmo patamar e vá ser executado menos. Então, ao baixar a régua a gente diminui...

O SR. HUGO POSSOLO – Eu não estou falando de execução. Não, não, não confunda, por favor. Por gentileza, não confunda. Olha, execução é uma coisa, eu estou falando do Orçamento atualizado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Entendo bem isso, Secretário.

O SR. HUGO POSSOLO – O que aconteceu é que boa parte dos orçamentos, eles eram já propostas orçamentárias do Executivo somadas à grande parte de trabalhos feitos na própria Câmara de suplementação no processo da PLOA anterior. O que aconteceu é que já nasce congelado de 18 para 19, assim como nasceu congelado de 19 para 20. Quando entra em 20, estava congelado e permaneceu congelado porque outros itens também foram congelados em função da pandemia. Então, essa régua não está para baixo, é a mesma régua dos outros anos. A gente poderia ter crescido, aí eu concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu acho que até a responsabilidade nem é do senhor, mas, o discurso do congelamento, eu até entendo, faz parte da prática. Mas a gente sabe que tem quase 20 bi em caixa, não é? Daí quem tem de responder é a Secretaria de Finanças, não é o senhor. Mas era dispensável esse congelamento. Se fazemos um trabalho na Câmara para melhorar o Orçamento e, em seguida, congela, é melhor fechar a Câmara, aí não tem sentido a gente ficar aqui discutindo, fazendo audiência pública, e aí se congela tudo que a gente mudou. Sei, não é o senhor, não é o senhor que congela.

O SR. HUGO POSSOLO – É, que domínio eu tenho sobre o congelamento se ele me desfavorece? Eu acho, na verdade, que tudo que nós queremos é poder executar da melhor maneira possível, sendo que cabe, no mesmo raciocínio, a questão de congelamento, que são os comprometimentos com Restos a Pagar, comprometimentos com o Custeio, que você mesmo citou, não é Donato? Só para deixar claro à população de que estamos na mesma página da conversa, e para não nublar a conversa, a conversa é muito clara do que significa cada um dos itens de fomento. Os fomentos, todos eles foram executados nesse ano, no mesmo modelo do ano anterior, mesmo diante da pandemia. Essa é a minha questão. Isso não podemos confundir porque a população está nos ouvindo.

Donato, eu estou pegando comparativos separados para completar sua resposta.

Nós temos manutenção do orçado para 2020 da Secretaria Municipal de Cultura, onde há um corte de 492 para 475, porque houve realmente uma queda de 3%. Como estão mantidos os 131 milhões do orçado de 2020 na PLO de 21 para FTN, você tem então uma queda residual pequena de 0,36. E você tem no total de SPCine crescimento porque ele não tinha dotação alguma. Então, há uma destinação, para de migrar da Secretaria de Cultura para SPCine, para que ela se constitua no PLO por si, para que essa leitura chegue de maneira clara. Por isso, vem com 100% de variação.

Aí o que acontece? Acontece que temos vários fundos: Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural, Fundo Ambiental Paulistano, Fundo de Preservação Histórico Cultural – Funpatri; Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais – FEPAC. Existe também o Fundo de Desenvolvimento Urbano – Fundurb, que teve um grande congelamento também em função da pandemia deste ano, que diminuiu muito a nossa execução. Agora, você pega daí, que você tem 654 milhões e 778 mil para 655 milhões. Então há uma diferença substancial daquilo que é o orçado de 20 daquilo que é a PLOA de 21. Então, de uma maneira ou de outra, esta conta soma 1,4% do total.

Eu acredito que no detalhamento disso você tem perda aparente de um lado, mas há um equilíbrio do outro e a manutenção do mesmo orçamento. Lembrando que há uma queda, como eu disse no início, no orçamento geral da Prefeitura. A gente está falando de porcentagem, mas tem que entender que o número absoluto da previsão orçamentária para o ano que vem, para a Prefeitura como um todo, é menor, exatamente porque há uma queda de arrecadação neste ano e há uma previsão de queda da arrecadação em função da pandemia.

Mas de um outro jeito a Secretaria de Cultura, pela sua luta histórica, política, pela representatividade que tem, pelo reconhecimento do que ela significa dentro das áreas sociais, é uma das quatro secretarias que não sofreu corte. Ela pode ter um pequeno ajuste de variação, mas dentro do número global ela sobe. É pouco? É óbvio que é pouco, mas diante da pandemia, diante de todo o quadro, eu acredito que a gente está muito bem equilibrado e com um senso de responsabilidade em relação a esse quesito.

Eu encerro aqui para não tomar o tempo das outras falas, mas para poder garantir essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário.

O próximo inscrito é Rodrigo Andrade.

O SR. RODRIGO ANDRADE – Boa tarde.

Antes da minha fala, eu gostaria de fazer uma pergunta, porque não foi respondida na última audiência a pergunta que eu fiz. Porque se insiste em falar em uma queda de arrecadação enquanto no relatório da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da Câmara dos Vereadores está que houve um aumento de 7,4. Isso impacta diretamente na minha fala. Agora o Secretário da Fazenda simplesmente falou “quem me dera isso fosse verdade”, então ele está falando que esse documento feito pela Câmara Municipal de São Paulo não é verdadeiro.

Então eu gostaria de saber da Câmara e do Secretário, ou do

representante, porque ele disse que poderia estar hoje e não está, o que é a verdade.

Houve uma queda ou houve um aumento, como diz o relatório da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pela importância da questão, eu vou passar para o Vicente, da Secretaria de Finanças, ele é que tem de responder sobre arrecadação da Prefeitura.

Você pode falar, Vicente?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Boa tarde, Donato. Em relação a esse número, inclusive na audiência anterior em que ele foi comentado, o Secretário expôs a necessidade de que fosse apresentado qual era o contexto em que foi dado esse número, informação aqui de aumento de 7,4%.

Por se tratar de uma porcentagem, a gente naturalmente precisa saber quais são os dois números que estão sendo apresentados aqui, porque a gente entende de fato, quando a gente olha os níveis de arrecadação do meio do ano, que é quando a pandemia estava de forma mais preponderante, os efeitos dela estavam mais diretos, a gente teve uma queda de arrecadação grande e depois uma recuperação dela.

Então, dependendo do período que está sendo observado, a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sendo prático, Vicente, para todo mundo entender: o orçamento previsto será cumprido esse ano?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Eu não entendi a pergunta, Donato. O orçamento a ser cumprido depende de algumas variáveis.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – A receita prevista?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Não. Nas hipóteses em que a gente está trabalhando não apontam que a gente vai conseguir manter o nível de arrecadação que foi previsto quando elaborado o orçamento no final de 2019 para o exercício de 2020,

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mas estava previsto quanto, 68

bi?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Sim, 68.900.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mas vai chegar nisso ou não?

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – A expectativa que a gente está trabalhando é que não chegue nisso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mas chega muito abaixo disso, não? Vai equilibrar. O Secretário mesmo informou isso.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – A gente não tem como passar uma resposta conclusiva em relação a isso, Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Dia 30 de novembro a gente não tem como passar uma resposta conclusiva, a gente não vai ter resposta nunca, não é?

Mas vamos seguir. Vai, Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO ANDRADE – Bom, Donato. Primeiro, parabéns pelas falas aí. A sua indignação é a nossa, porque é impossível fazer uma fala sobre orçamento e a gente não ter a realidade do orçamento.

Boa tarde a todos, Secretário, vereadores e companheiros dos movimentos. Em primeiro lugar eu queria falar que ficou claro hoje, com a fala do Governador do Estado, o Doria, que realmente foram omitidos os dados da pandemia e que a gente não estava na fase verde há pelo menos três semanas e agora a gente volta às restrições. E mais do que nunca a PL 343 se torna mais do que urgente.

E indo até contra o que a gente definiu nos movimentos, acho que a gente não precisa de 50 milhões, e sim de 75 milhões para essa PL que está parada desde que você fez aquela sua *live* acho que no Instagram dizendo que havia sido aprovado e que agora ficaria a cargo do Executivo dar o parecer dele para a segunda votação. Está parada na mão deles e eles só fizeram algum *marketing* de colocar 20 milhões na Lei Aldir Blanc para completar. Então isso é mais do que urgente, porque estamos,

estávamos, e foi escondido só para se ganhar a eleição, em pandemia.

Outras questões que eu acho que são gritantes na Secretaria de Cultura são as verbas que se colocam em fomento para um projeto, por exemplo, do fomento ao forró, de 30 mil reais. A gente sabe, e se não sabe, aqui nós temos grandes estudantes que podem explicar a diferença entre fomento e editais de produção e circulação, que é o que o PSDB mais gosta para administração deles, como o programa Proac tão geral.

É impossível se fazer um fomento com 30 mil em um projeto. É impossível se pensar em aprofundar as raízes, ampliar as estruturas para criação de um projeto de fomento. Então nós não temos fomento ao forró, nós não temos fomento ao *reggae*. Nós temos editais mascarados de fomento. O fomento ao forró precisa de cinco milhões. O fomento ao *reggae* precisa de quatro milhões para ser fomento.

Quanto ao fomento ao teatro, eu não entendo que matemática que é feita, sendo que na lei existe um valor e existe o item de correção. Então, se fizermos a matemática que foi feita pelo GT dos grupos de teatro, o orçamento do fomento ao teatro deveria ser de 21 milhões esse ano, isso cumprindo a lei. Qualquer valor fora desse valor de 21.512.280 é fora da lei de fomento ao teatro, que tem o seu orçamento próprio. E a gente vê que há, como você disse, esses cortes de fomento, então a gente não entende por que onde caem esses cortes é no segmento de fomento. Acho que não há interesse de que seja feita uma cultura de fomento na Cidade.

E, para terminar, continua a nossa luta pelos 3% para que a cidade que se chama, no *marketing*, de Capital da Cultura, deixe de ser a marqueteira da cultura como capital e, sim, seja uma capital que realmente fomente a arte e a cultura em suas múltiplas linguagens e diversidade e periferias na cidade de São Paulo, para que ela seja Capital da Cultura na realidade e não na propaganda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Rodrigo.

Próximo, Rudifran Pompeu.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Olá. Boa tarde.

Bom, eu queria primeiro dizer que eu sempre lamento que o Secretário de Finanças não esteja presente. Respeito muito a presença do Vicente, com todo o respeito estou falando isso, mas acho sempre muito grave, quando tem uma audiência de orçamento, o chefe da pasta, o cara que tem a chave do cofre não esteja.

Seria importantíssimo que ele estivesse aqui para ouvir as demandas da sociedade civil, sem essa burocracia de ter de repassar a informação depois, de o Vicente ter de passar a informação para ele do que aconteceu aqui, porque sempre tem aí um percurso que acho que é complicado. Acho importante que ele estivesse.

De toda forma, dizer que 3% para Cultura é uma batalha histórica nossa e a gente vai continuar com ela até o dia em que os governos estejam sensíveis a isso, porque nós entendemos que cultura é um segmento estratégico, que assegura o direito à Cidade, movimenta a economia, promove trabalho e renda. Essa é uma das questões da cultura, fora a disputa simbólica que ela promove.

Diante do quadro pandêmico, Secretário Hugo e Vicente, eu acho que de alguma maneira é preciso ter uma relação com a cultura e o orçamento público que seja uma decisão política, para além de uma decisão técnica. Essa é a grande demanda, porque a gente vem defasado com a questão econômica desde 2016, se a gente for pensar. Se em 2016 a gente já achava pouco o que tinha de recurso para a Cultura, que eram 518 milhões, chegamos em 2020 com 470, é evidente que a gente... previstos para 2021, é evidente que a gente teve uma perda enorme. Estamos falando de quase cem milhões de “preju” desde 2016.

Também acho que essa coisa da execução do orçamento... Acho que são duas coisas distintas, exatamente, aquilo que se aprova na Câmara e aquilo que se executa no Executivo, que para mim é uma coisa meio esquizofrênica. Eu não consigo

compreender bem isso. Se a Câmara que legisla, cria, vota lá o orçamento público, mesmo que ele seja estimado, mas se você pegar a análise não é muito distante que fica daquilo que de fato é arrecadado, a Câmara vai lá e escolhe, decide as prioridades, ouvindo a sociedade civil, no caso nós, como aqui, e de repente estipula que o orçamento vai ser aquele. O Executivo não executa aquele orçamento, ele executa alguma coisa perto daquilo, 80%, 70%. Não sei como é que está a execução. Isso sempre para mim é uma coisa muito esquizofrênica. Então eu acho que o que é aprovado na Câmara também serve de ferramenta de luta para a sociedade civil disputar o recurso público ao qual ela tem direito, do qual ela é proponente e pagadora.

Obviamente a gente entende o momento pandêmico, mas também é um setor... O Hugo conhece bem, porque é um artista, está relacionado diretamente ao mesmo campo que nós, estou falando no sentido artístico, então sabe do problema que é você não poder trabalhar durante a pandemia. Então talvez agora, neste momento, seja mais importante que o recurso da Cultura seja ampliado de alguma forma, para que esse setor não desapareça, para que esse setor não seja cada vez mais sacrificado com a pandemia mais adiante.

O teatro, pelas nossas contas é isso, a gente está pedindo algo em torno de 21,5 milhões. Para concluir, o Zé Renato, a gente está pedindo algo em torno de 14.350.000, que é o que a gente na época, quando fez o Zé Renato, fez com 12 milhões. E ele foi desmontado no começo da Gestão Doria, de uma certa forma. A Gestão Doria no primeiro ano só fez uma edição, só quatro milhões dos oito que tinha. Mas a disputa sempre foi de doze.

Concluo dizendo que é uma pena o Secretário da Fazenda não estar presente aqui hoje para ouvir as nossas demandas, já que ele tem a chave do cofre, como bem disse o Donato, que é o cara que responde de fato pelo dinheiro que vai para a Secretaria da Cultura.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Agradeço, Rudi.

Próximo, José Cury Filho.

O SR. JOSÉ CURY FILHO – Boa tarde. Obrigado. Primeiro cumprimentar todos os vereadores presentes, o Secretário Hugo Possolo. Como espectador assíduo dos Parlapatões, tenho o maior orgulho de estar contando com ele na Secretaria da Cultura.

Sou articulador do carnaval de rua de São Paulo por meio de um grupo que chama Fórum de Blocos de São Paulo, do qual inclusive já fez parte o ex-Secretário Alê Youssef. Temos trabalhado muito em função de tentar melhorar tudo que for possível dentro do carnaval de rua, do carnaval de blocos de São Paulo, dada a expansão que aconteceu nos últimos cinco anos. A gente acompanhou isso muito de perto como batuqueiro, como participante de blocos e tudo.

Essa expansão orgânica mostrou para muita gente que não sabia que existia um carnaval de rua em São Paulo com muitas raízes culturais abandonado na periferia. E a gente começou a fazer a ligação dessa teia toda através de alguns grupos que se organizam como articuladores de blocos e seus interesses.

São Paulo hoje tem três ou quatro grupos que incluem de 100 a 200 blocos, dado que o número estimado de inscritos no ano passado foi de 640, quase 700 blocos, que precisam da rua para desfilar, mas que tem uma parte desse todo, fora os promotores, produtores culturais e tal, tem uma parte de comunidades que fazem projetos culturais o ano inteiro, que fazem a alegria, o prazer e o desenvolvimento do seu bairro, da sua região por meio da cultura do carnaval.

Então a gente está vendo que chegou a hora – está tarde até – de São Paulo classificar o carnaval não como um evento isolado naqueles 15 dias em que são dados feriados e mais dois finais de semana para a gente executar a festa, mas como um processo contínuo de cultura popular que está acontecendo e que precisa ser

fomentado e amparado pelas secretarias correspondentes.

Não é só o fato de o carnaval já ser um grande gerador de receita para o Município. O fato é que nós, os atores do carnaval de rua, trouxemos isso para a Cidade involuntariamente. O carnaval cresceu sustentado pelo dinheiro dos promotores de blocos, dos patrocínios que as empresas dão, mas praticamente na unha, sem que a Secretaria da Cultura ou o Município estivessem se organizando em forma de projeto de lei ou coisas assim, para que o carnaval seja considerado e fomentado pelo poder público, dentro das necessidades.

Concluindo, a gente quer estar presente, se Deus quiser, na próxima gestão e estamos aqui falando sobre os 3% do orçamento municipal para a Cultura como uma bandeira de luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, José Cury.

A próxima é Érica Andréa. Érica está? (Pausa) Então vamos para o Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa tarde. Quero agradecer pela oportunidade de esta audiência estar acontecendo, dizer que é uma oportunidade rara ter um Secretário de Cultura que é um trabalhador da Cultura e que entende a nossa situação; agradecer as intervenções do Donato e dos demais vereadores e vereadoras e todos os trabalhadores da cultura.

Quero começar lamentando a morte do Nego Vila Madá, um amigo que foi executado covardemente por um policial fora de serviço. Foi uma execução. Lamentar a ausência do Secretário de Finanças, porque é um assunto muito importante. Afinal de contas, estamos tratando de orçamento e ele deveria estar presente para discutir conosco.

E chamar o mantra, que é o mantra da nossa reivindicação, como luta de classe que já há anos a gente vem traçando, que são esses 3% para cultura, metade

para periferia.

Pedir que esse aumento seja dado para a Secretaria Municipal de Cultura.

A gente entende que chega na ponta a partir de suas políticas públicas.

Falar da Lei 343, que está aprovada em primeiro turno, precisa de um aval do Executivo porque os poderes trabalham assim. O Legislativo tem de negociar com o Executivo e vice versa. Então assim, por parte dos trabalhadores da cultura, da Câmara, falta agora o Executivo se posicionar em relação a esses 50 milhões para a 343.

A efetivação do Conselho da Cultura que foi votado em primeira. Já discutimos nos movimentos de cultura, na Câmara Municipal. O Executivo agora precisa se posicionar em relação ao Conselho Municipal. Acho que seria um grande mérito desta Gestão finalizar o ano com esse Conselho aprovado.

Falando da área da qual eu atuo mais que é o circo, a nossa reivindicação é de 10 milhões para o circo; 1,5 milhão para o FIC Festival Internacional do Circo; 1,5 milhão para o Centro de Memória do Circo.

O que acontece com o fomento? Neste ano, a gente aprovou 5 milhões e pouco, a Secretaria executou 3,5, mais ou menos, e a argumentação de o restante não ter sido executado foi a Lei Aldir Blanc e restos a pagar.

Essa coisa dos restos a pagar é algo que morde todos os projetos, fomentos, programas. Eu queria ver como que a gente consegue solucionar isso, porque parece um banco que tem a sua dívida paga, mas nunca chega no saldo zero. Então a gente precisaria rever essa questão dos restos a pagar, porque uma parte é abocanhada pelos restos a pagar.

Por fim, pontos de cultura, o pleito é de 15 milhões, neste ano não teve edital para pontos de cultura. É uma política pública, já é lei nacional. É muito importante que ela seja implementada.

O Plano Municipal de Cultura deve ser seguido à risca, como uma Bíblia. É

claro que alguns pontos já foram implementados, mas há necessidade de a gente avançar no Plano.

Por último, tem de ter concurso público para mais servidores públicos para a Secretaria Municipal de Cultura. Se a gente tiver, de fato, esses aumentos e não tiver quem execute se torna inviável.

Quero agradecer a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Alessandro. A próxima inscrita é a Sra. Marilene Araújo. (Pausa) Próximo inscrito é o Sr. Washington Luiz Pereira de Souza. (Pausa) Próxima inscrita é a Sra. Lyllian Bragança.

A SRA. LYLLIAN BRAGANÇA – Olá, boa tarde a todos. Sou Lyllian Bragança, cofundadora do Coletivo Samba Quilomba, represento aqui os sambistas que, como eu, entendem que é através da cultura que o carnaval paulistano vai conseguir lutar contra o racismo, machismo e a homofobia que estão instalados nas escolas de samba.

Para a lei resgatar a oralidade dos nossos mais velhos, que foram silenciados e apagados, por um processo de capitalismo e aculturação.

Essa demanda da cultura para o carnaval é um propósito social, de fomento à memória do samba. Pedimos então a rubrica para essa questão de 4 milhões.

Para a lei é preciso lembrar da PL 343, que a gente precisa ajudar os trabalhadores da cultura. O Conselho, a gente já discutiu aqui a construção de um Conselho, a gente precisa falar sobre isso. Também os 3% que a cultura necessita, para uma cidade tão grande como São Paulo, que precisa chegar na periferia

Eu agradeço aqui a todos. Vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado Lyllian.

Sr. Washington Luiz, conseguiu se conectar? Você está com imagem, mas

está sem som. Vamos para o próximo, enquanto isso. Sr. Humberto Augusto Meratti de Oliveira.

O SR HUMBERTO AUGUSTO MERATTI DE OLIVEIRA – Olá, pessoal. Boa tarde a todos os presentes. Estou com uma imagem de fundo, se vocês conseguirem visualizar, é do nosso bloco de rua de música eletrônica, em São Paulo.

Eu atuo com políticas públicas há dez anos. Faço parte da diretoria da nova associação ligada a blocos de rua, em São Paulo, chamado Cuba – Carnaval de Rua SP, que por ora a gente já está no processo final de organização. Já temos aproximadamente a adesão de 100 blocos de rua na Cidade.

Também sou conselheiro do Coletivo + Direito à Cidade. Inclusive vejo diversos parceiros e grandes amigos de luta e de causa ligados à cultura.

Estou aqui hoje, não só para falar em prol do próprio PL, como já fez o destaque, o 343, também em prol do repasse de 3% para cultura, claro, mas para solicitar a análise dos 4 milhões para a criação de um fomento direto, mesmo que seja por ora, conforme o próprio Gustavo Xavier tocou no assunto.

A gente acompanha as mídias, vê que desde 2016, sempre é posto que o carnaval de rua arrecada muito mais do que o próprio Sambódromo. A gente consegue hoje ver. A gente vê em diversas mídias que as mulheres de grandes foliões, hoje elas estão até trabalhando dessa forma coletiva, junto ao carnaval de rua, com seus blocos.

A gente vê, por meio de inúmeros dados, que o patrocínio acontece, mas é um patrocínio que só atinge a Cidade. Nem vou dizer aqui, mas acho que a questão deste ano foi um pouco triste, com relação ao Sr. Alê Youssef. O Hugo acho que, por ora, está fora dessa malha aí, uma péssima gestão no carnaval de rua.

O nosso bloco é de música eletrônica mudamos quatro vezes de endereço. Se não fosse o nosso bloco composto com 15 pessoas, talvez a gente nunca iria conseguir levar a nossa identidade para a rua.

É claro que o carnaval de rua fortalece os bares e espaço de lazer durante essa época. A gente sabe que fortalece demais a rede de hotéis. Enche de grana sim quem faz a venda ambulante de rua. Isso a gente vê. Fortalece a Cidade, até o Estado. Só que os blocos carecem.

Então 4 milhões, pensando em 250 blocos, e o edital é de mil ruas, Sr. Hugo, que dá 16 mil de apoio e ajuda para qualquer bloco tentar propor a sua atividade durante ao longo do ano, ajudar a atividade social etc.

Só para matar a minha fala aqui, quero ser o mais breve possível, já tem o PL 380/2020, de autoria do Vereador Quito Formiga, que está em tramitação. Esse PL declara que os blocos de rua da cidade de São Paulo passem a ser patrimônio imaterial e cultural da Cidade. Acho que precisa ter esse olhar. A gente sabendo que a captação pela Cidade é feita, mas a Cidade nunca consegue organizar o que, de fato, precisa.

É isso o meu afeto aos blocos de rua em São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Humberto. Sr. Washington Luiz, conseguiu?

O SR. WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA - Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim eu o vejo num canto e ouço em outro. Vamos lá.

O SR. WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA - Desculpe pelo desencontro. Mas vamos lá. Boa tarde para todos, boa tarde Secretário. Vou tentar ser bem rápido. Eu gostaria que respeitosamente o Secretário ouvisse esta mensagem.

Desde 2017, nós podemos dizer que, graças a uma luta constante, a lei de fomento nas rádios comunitárias foi implementada e continua sendo executada.

Desse modo, não podemos deixar de destacar os avanços e benefícios que a lei trouxe para o setor. Entretanto, o total de recursos executados para o

fomento estão muito abaixo do que o previsto em lei.

Hoje, um dos maiores desafios das rádios é voltar ao orçamento original do programa de 2017, que era de 3,400 milhões e fazer com que o Poder Executivo, representado pela Secretaria de Cultura, execute o orçamento, cumprindo as diretrizes legais.

O maior corte orçamentário que o programa sofreu foi realizado pela própria Secretaria, em 2019. Desde então as rádios tentam negociar com a Secretaria a volta dos valores.

No final de 2019, mesmo tendo conseguido recuperar o recurso via Câmara Municipal, mais uma vez a Secretaria deixou de utilizá-los para 2021. Mais uma vez foi encaminhado pelo Executivo os valores abaixo do valor inicial do programa.

A nossa luta é fazer a recomposição do valor original do programa, ou seja, 3,400 milhões, fazer com que a Secretaria execute o orçamento e, por fim, sermos atendidos pelo senhor, Secretário, porque nós fizemos esse pedido em três oportunidades, em cada ofício, nos dias: 14 de abril, 16 de abril e 22 para dialogar sobre esses desencontros, principalmente, no tocante que é previsto e depois acabarão sendo executados, como foi falado agora pouco.

Entretanto, não fomos recebidos. Acreditamos que o orçamento aprovado, por lei, pela Câmara Municipal, deva ser minimamente cumprido pelo Executivo, afinal é uma lei, cabe ao Executivo, como gestor dos recursos públicos, demonstrar e motivar a impossibilidade do cumprimento do orçamento, respeitando a sociedade civil e dialogando com ela.

Esse é um dos compromissos que nós pedimos. Eu falei em nome do Fórum Democracia da Comunicação que é a entidade representativa das emissoras de São Paulo.

Boa tarde a todos. Desculpem pelo problema do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Washington Luiz.

O próximo inscrito é o Sr. José Maria Carvalho Ferreira. (Pausa) A próxima inscrita é a Sra. Naná Roots.

A SRA. NANÁ ROOTS – Boa tarde à mesa virtual, às secretarias presentes, aos meus irmãos de luta e de movimento da cultura.

Todas as falas me contemplam. Falo em nome de três linguagens, que estamos vendo esses desencontros com relação aos valores, mas, como foi falado, tanto o *reggae* como a capoeira são patrimônio imaterial da humanidade. Nós acreditamos que deveria ter aí um olhar.

São tantas coisas para serem faladas, outra coisa é em relação à cultura inclusiva PCD que trabalhamos diretamente também. Nós não temos, apesar da Lei 13.146, amparar um recurso, uma rubrica voltada para a cultura inclusiva PCD.

Então como foi falado, também faço minha a fala dos meus irmãos, a cultura já pede há muito tempo esses 3%, é um absurdo não termos ainda um conselho municipal de cultura nesta megametrópole.

Outra coisa que quero levantar, creio que de suma importância, é que, como já foi falado, todos sabem, estamos vivendo um momento pandêmico, uma nova ordem mundial, onde a cultura foi diretamente afetada.

Nós sabemos que, coletivos como o nosso, apesar da Lei Aldir Blanc ter chegado com recursos, não deu cobertura aos débitos acontecidos

Mas eu tenho uma questão muito relevante. Demorou muito para tomar esse processo e as dívidas estavam rolando, mês após mês, começando em março. Nós também, para darmos continuidade a todo trabalho, para ver se a gente conseguia respirar, entramos em alguns editais. Fomos fomentados, deveríamos ser fomentados, porque em agosto saiu no *Diário Oficial* a lista dos contemplados no Vai 2020. Estamos falando de agosto.

Hoje, dia 30 de novembro, nós ainda não temos os recursos para dar

continuidade às obras e aos projetos coletivos nas periferias.

Então é muito preocupante. A gente tem um Aldir Blanc que não nos alcança em nossas necessidades, nós ganhamos um edital, mas esse edital não foi pago. Assim a gente termina acumulando mais dívidas. Coletivos como o nosso que trabalham com a questão muito importante que é a cultura inclusiva PCD, correm o risco de ter mais e mais.

Então eu gostaria de uma resposta com relação a isso. Volto a dizer da importância do PL 343 também.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sra. Naná. O próximo é o Sr. Thales Martini Bueno.

O SR. THALES MARTINI BUENO – Boa tarde pessoal, boa tarde agentes de cultura, Vereadores e Vereadoras, servidores públicos, companheiros do carnaval, eu vim manifestar, junto com os companheiros do carnaval, a necessidade de um edital de fomento direto para os blocos de carnaval.

Como dito pelo Secretário, é uma opção de gestão criar ou não, obviamente, tem esses recursos, um edital para esse segmento.

Quando a gente fala de São Paulo, capital da cultura, e todas essas definições que estão no Plano de Governo, que até foi vencedor ontem, essas coisas têm de entrar em prioridade para se fazer valer tudo.

Quando a gente fala de carnaval de rua, os números passados pelo Gustavo, 2,075 bilhões da SPTuris; se a gente falar de 5% de ISS, 135 milhões; se a gente falar de 5% desses 135 milhões, a gente falará de 6 milhões, o nosso edital pede 4 milhões, que não dá nem 5% do total arrecadado pelo valor incrementado nesse evento.

Então a nossa bandeira é essa. Sabemos que existe, no segundo momento, a necessidade da construção de um edital de critérios para oficial os blocos

que tenham raízes na Cidade, mas o nosso primeiro passo é esse. Com base nos números, no impacto econômico e na adversidade cultural do Carnaval de Rua de São Paulo, estamos pedindo esse fomento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Thales. O próximo é o Lucas Eduardo Leite Pires.

O SR. LUCAS EDUARDO LEITE PIRES - Quero agradecer a fala de todos os presentes. Acredito que a demanda de 3% para a Cultura é uma pauta, um uníssono aqui, então nem vou bater sobre essa tecla. Faço parte do Movimento do Teatro de Grupo de Cidade de São Paulo.

Gostaria de dizer, como o Rodrigo já apontou, que dos 20 milhões da Lei de Fomento ao Teatro, que é um valor que está estabelecido pela correção, a partir da Lei de Fomento, isso é absolutamente necessário e dizer que a Lei de Fomento possibilitou, por si, o crescimento dos grupos de teatro na cidade de São Paulo, a ampliação, a difusão do modo de produção de grupo de teatro na Cidade. Se essa verba não for incrementada ou for incrementada não suficientemente, esses grupos deixam de ser atendidos; não só no Centro, na periferia, em todas as regiões da Cidade. Então quero reiterar a importância desse orçamento para o ano 2021. É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Passo a palavra ao Secretário para as respostas.

O SR. HUGO POSSOLO - Primeiro, os cálculos do Rodrigo. Caríssimo Rodrigo, a campanha eleitoral acabou ontem. Acredito que podemos ter uma conversa tranquila, sem tons descontrolados e agressivos. Eu vou ouvir você do mesmo jeito. Em relação ao fomento ao teatro, o índice, que é o IPCA - junto a pergunta do Lucas -, está absolutamente correto em relação à questão da ampliação de grupos e tal. Lucas, não sei se você sabe da história, sou uma pessoa que redigiu, inicialmente, essa lei

em conjunto com vários coletivos, evidentemente participando ativamente disso. Conheço ela bem detalhadamente.

Eu gostaria de ressaltar alguns números: na gestão Haddad, em 2013, o fomento ao teatro foi de 14 milhões, 882; em 2014, foi de 15 milhões, 442 mil; em 2015, foi de 15 milhões, 369 mil; em 2016, foi de 16 milhões, 929 mil. Em 2017, eram 18 milhões, 170 mil; mas o valor congelado, foi executado apenas 390 mil. Esse é um período que dá um problema bem grave na transição para 15.899, uma judicialização da lei, uma coisa infeliz que aconteceu e que pelo diálogo, em 2019, construído pelo Secretário Alê Youssef, se voltou ao patamar dos 16.

Então retomou o crescimento necessário dentro do IPCA. O IPCA ficou e se retornou uma reação boa para essa lei, uma lei de grupos e não como entendimento que alguns equipamentos caem na medida em relação ao fomento, a atividade geral de produção. Mas realmente uma coisa voltada a grupos. Aí em 2020, durante a pandemia - por isso já passei ao Vereador Donato -, tivemos 17 milhões, 846 mil. Enfim, um número quebrado aqui, mas dá para saber que é 17 milhões e pouco que correspondem, exatamente, ao ajuste de IPCA.

Essa conta de 20 milhões, acho uma reivindicação coerente, correta, da qual eu gostaria de poder reforçar com os recursos, mas estamos dentro do limite daquilo que era permitido reproduzir do ano passado para este, diante da dificuldade de arrecadação que está colocado na pandemia, e que está colocado para o ano que vem. Eu não sei se essa conta do Rodrigo, colocada tão explosivamente para que ele observe, também, matérias de jornais que trazem todos os dados de dificuldades de arrecadação, e compreender que muitas vezes, aquilo que está no caixa da Secretaria, da Prefeitura se somam em restos a pagar em questão de custeio, que são distorcidas.

Gostaria de reforçar que é muito triste ouvir que é *marketing* colocar 20 milhões na Lei de Fomento. Sou artista também. Batalhar 20 milhões dentro de toda

essa estrutura não é uma tarefa fácil. Temos que buscar na linha, no detalhe, de toda execução do Orçamento, tudo aquilo que a gente podia prever de programação e tomar essas decisões. Essa decisão não foi simples e nem fácil de ser tomada. A equipe toda da Secretaria trabalhou com muito afinco para chegar nesse número. Por isso que eu digo que a campanha eleitoral acabou e agora nós estamos todos, eu estou na posição de gestão para todos, não interessa quem fez campanha para um lado ou para outro. É minha obrigação seguir aqui, atendendo a tudo e a todos. Então eu peço um pouco mais de delicadeza na sua fala.

O Rudifran levantou a mesma questão em relação à Lei de Fomento. Então o limite está colocado, exatamente nessa questão e como eu afirmei no início da minha apresentação, existe todo um trabalho aqui na Câmara que pode acontecer em uma virada, isso é comum acontecer. É de praxe, em todas as gestões, você iniciar o ano com o valor que foi apresentado à Câmara, congelado, para que depois seja sancionado. No caso, no momento em que eu estive à frente da Secretaria, em março, tudo que estava congelado, eu queria trabalhar. E houve um congelamento ainda maior, de outros valores, em função da pandemia.

Então acho importante deixar isso muito claro. É importante que nos fomentos ligados ao Carnaval, que tenhamos a clareza de que tanto teve fomento aos blocos, tanto quanto teve uma opção de gestão para isso, quanto teve editais de emergência, quanto, também, os blocos comunitários receberam equipamentos de som, carros de som da própria Prefeitura. Há um foco nisso. O Carnaval tem uma dimensão tão grande que a avaliação é esse orçamento que está aqui dentro, mas ele também está no turismo, está no gabinete do próprio Prefeito com a perspectiva de atuação. O Carnaval não é algo que se decida com apenas um campo de atuação. Ele é muito mais amplo do que é isso. Estou disposto ao diálogo sobre isso, para a gente conseguir desenhar algo que não será para fevereiro de agora, infelizmente, devido à pandemia. Sabemos que esse Carnaval está projetado mais para frente,

especialmente porque as escolas de samba também negociaram isso, temendo o avanço da pandemia, até onde, infelizmente, nós chegamos.

O Alessandro Azevedo fez uma fala que eu acho muito importante em relação à questão do fomento ao circo. Devo dizer para ele que realmente esse é um ajuste complicado no setor público, do contas a pagar e do restante. Imagina-se que tem um tanto a aplicar e aquele tanto aplicar está pagando, ainda, questões do ano anterior. Essa dificuldade de transação de pagamento de um para o outro, que o ano fiscal se encerra, em geral, no meio de dezembro, às vezes até fim de novembro, digo o ano de execução de recursos, esse realmente é um problema que vale a pena uma discussão nesta Câmara, de como poder avançar as estruturas de facilitação para utilização de recursos ano a ano. Essa é uma questão estrutural da Câmara, que vale a pena uma avaliação.

Quanto aos pontos de Cultura, está lá no item de apresentação, está respondido. Eu não tenho o número aqui para passar para você, mas ele está lá, e está contemplado. Nas rádios comunitárias, é importante dizer que em 17 e 18, o recurso do edital era de 700 mil e em 19 e 20, foi de 1 milhão e meio, portanto, ele dobrou e ele não está definido em valor por lei, assim como o edital do forró. Também me causou curiosidade, no momento em que acompanhamos o edital do forró ver 30 mil, porque isso foi colocado em uma lei que foi sendo vetada e vetada na batalha dos trabalhadores da Cultura ligados ao forró e que talvez não conseguiram ter. O escopo dessa lei é uma estrutura que quis favorecer essa criação de valores maiores por definição de fomento e que isso passa a ser estimulante. Realmente isso precisa de uma revisão e um diálogo. Concordo, absolutamente, com isso.

Devo reforçar também que a Lyllian está absolutamente certa no sentido de que temos de ter um olhar específico para a questão do racismo, do ceticismo no próprio universo cultural e, evidentemente, ter políticas voltadas para isso. Agradeço sua colocação, como agradeço a colocação da Naná Roots. Peço desculpas a ela pela

dificuldade nos pagamentos, pelo fato de termos colocado diversos pagamentos para apreender a pandemia no primeiro momento, que não era uma lei emergencial, sim, uma atitude de gestão, por eu ser artista compreender a dificuldade de produtores, técnicos e artistas, trabalhamos chamamentos para não parar a programação. De todos os equipamentos culturais da Secretaria, que não são poucos, são 113, todos mantiveram atividades e todos mantiveram atividades contratando as *lives* por valores, em uma régua de distribuição mais igualitária e sem altos valores de cachês, o que achei que era a política a ser implementada naquele momento. A própria Câmara depois votou derrubando esse número estabelecido de 700 reais, porque queria dentro das suas emendas parlamentares ter uma oscilação maior de valores e que depois de três meses de pandemia já tínhamos percebido que isso era uma excelente conquista. Eu concordei, achei coerente a votação da Câmara. Então é muito importante afirmar isso. Peço desculpas à Naná pelo atraso. O pagamento de todos relacionados ao Vai sai no máximo em dez dias. A equipe está trabalhando.

Por muito tempo há que considerar também - peço a todos que pensem nisso - que a própria Secretaria teve impacto de trabalho pelo teletrabalho no primeiro momento, até que estivesse organizado, como qualquer setor teve suas dificuldades. Mas houve um empenho desses servidores que é apaixonante, é inacreditável a maneira como os servidores da Cultura se dedicam a isso.

Acho que respondi ao Thales e ao Humberto nessa questão do Carnaval, se não pulei ninguém, se pulei, me desculpem, muitas vezes pela anotação podemos pular.

Gostaria apenas de reforçar dois aspectos. Assim como eu falei para o Rodrigo sobre a questão dos 20 milhões, da Aldir Blanc, evidentemente o que está no sonho de qualquer gestor da Cultura, eu como artista militante que sempre fui, comecei lutando por 2% e lutaríamos por 3%. Estamos em um momento muito específico da história. Quando entrei aqui acreditava na possibilidade do crescimento

do Orçamento. Tive esse diálogo com o Sr. Prefeito, que foi bastante sensível a essa questão, muito antes da eleição, muito lá atrás, com total vontade de crescimento. Agora, todos nós fomos impactados por uma pandemia e a sensibilidade do Sr. Prefeito foi colocada da seguinte forma: essa área cultural é prioritária, tanto que ela não tem cortes em relação ao outro ano. O ajuste que tem aí é mínimo e é técnico, ele não é uma queda de valor substancial. Então é importante que tenhamos essa leitura para compreender o que estamos defendendo e não há a menor perspectiva de discurso ou de *marketing*, como está colocado, infelizmente é uma construção histórica que merece o respeito. Estou do lado da construção e eu, pessoalmente, permanecendo na gestão, óbvio que vou trabalhar para isso, se eu não estiver nela, continuarei trabalhando para isso também. Eu acredito na necessidade e prioridade da Cultura.

Em relação ao PL, é importante que leiam o parecer que foi emitido pela Secretaria de Cultura em que ela fala da questão da execução e por isso mesmo a opção de pegar os 20 milhões da Lei Aldir Blanc, que estava toda estruturada com pagamento ágil, sem burocracia e sem a Lei Federal 8.666. O nosso parecer já pede ajuda da Câmara para romper com a dificuldade que a Lei Federal coloca dentro da Secretaria Municipal de Cultura, burocratiza e dificulta o acesso do trabalhador e trabalhadora da Cultura nos seus recursos na ponta.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sr. Secretário, sobre o Conselho Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Na outra rodada ele responde.

O SR. RODRIGO ANDRADE - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma fala rápida sobre a distorção

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Não dá, Rodrigo. Não temos essa condição. Talvez no final.

O próximo, Caio César Teixeira.

O SR. CAIO CÉSAR TEIXEIRA - Boa tarde a todos. Faço coro a todos os colegas em relação à questão dos 3%, à questão da PL 343, mas gostaria de dar destaque na minha fala ao Programa Vai e ao fomento à periferia. Se olharmos, nos últimos anos, há uma queda significativa em número de projetos que foram aprovados nesses dois programas, especialmente, no Programa Vai, que de 2016 para cá caiu muito. O ideal seria aumentar o número de projetos contemplados, aumentar o orçamento, considerando que normalmente aumentam o número de inscritos e são políticas bastante importantes para a periferia, para os grupos que dialogam, que desenvolvem suas ações nesses territórios. Precisamos olhar para esses dados. É bem importante.

Faço coro à fala do Alessandro em relação aos pontos de Cultura, realmente não tivemos edital. O ano que vem o orçamento está abaixo do que foi proposto para 2020. Então acho que olhar um pouco para essa questão, a gente contemplar os pontos de cultura no próximo ano, maior número de pontos de Cultura.

São esses os três pontos que eu gostaria de trazer para complementar os colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Caio.

O próximo é o Diego Moschkovich.

O SR. DIEGO MOSCHKOVICH – Olá, boa tarde. Falo pelo Movimento do Teatro de Grupo de Cidade de São Paulo. Gostaria de me somar às reivindicações de 3% do Orçamento da Cidade para a cultura, execução imediata do Plano Municipal de Cultura, mais do que necessário para que a gente possa falar em alguma coisa; e me somar também ao desagravo pela ausência do Secretário de Finanças nesta reunião - isso seria uma coisa imprescindível para que pudéssemos discutir o Orçamento com alguma seriedade, senão ficamos falando só de pequenos ajustes.

Secretário, obrigado pelas suas colocações, mas gostaria de dizer que a eleição realmente já acabou. E se a eleição de fato acabou, precisamos parar de pintar São Paulo como se ela fosse uma Suíça e passar a trabalhar com os problemas que realmente existem. Acho que o primeiro problema da sua fala inicial é que você mostra para nós uma tabela completamente incompleta. É muito fácil dizer que houve aumento de 1 vírgula não sei quanto por cento e mostrar um Orçamento desse, dos fomentos *etc.*, mas não temos acesso, por exemplo, a quanto é o Orçamento anual do Theatro Municipal. Por que não estamos vendo? Isso não é uma audiência pública só com os movimentos que são fomentados ou não, mas uma audiência pública da cultura geral. Então, quero saber quanto é o Orçamento anual, por exemplo, do Theatro Municipal de São Paulo para podermos fazer essa comparação.

Você falou tanto sobre a questão do Vocacional, sobre a prioridade do Vocacional; mas como é que você permite, exatamente com a sua história, que haja um retrocesso no Orçamento do Programa Vocacional? Isso é um absurdo, é uma coisa que não podemos permitir que aconteça. É muito fácil falarmos sobre a pandemia, sobre como a pandemia impacta na queda da arrecadação *etc.*; mas precisamos da gestão uma posição política, de usar os bilhões que há em caixa para uma das áreas que mais gera renda, que mais gera economia, que é a cultura.

Então, eu gostaria de me somar e dizer que o Orçamento do fomento ao teatro é lei, e se não for cumprido em R\$21.512.280,60, a Secretaria e a Prefeitura estarão fora da lei, estarão descumprindo a lei. É muito importante que esse Orçamento seja executado. Já o Zé Renato, por exemplo, pela correção, dá um valor de 14.341.520,00. Então, precisamos botar atenção nisso.

Quero dizer que a questão política precisa ser olhada, sim. É preciso fazer uma escolha política radical para que possamos sobreviver à pandemia. É preciso não falarmos em termos de Orçamento, de redistribuir algumas migalhas para o setor cultural, mas sim tomarmos uma decisão política e administrativa nessa nova gestão,

a qual, com todo o prazer, eu parablenizo pela vitória nas eleições. Que ela possa ter uma decisão política para poder realmente superar a crise na cidade de São Paulo trazida pela pandemia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Diego. Próximo, José Marilton. (Pausa) Fernando Chiavassa. (Pausa) Próximo, Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – RAPPER PIRATA – Em nome de todos os pretos e pretas da periferia, saúdo todos vocês, lembrando os que foram eliminados pelo Estado nesta gestão.

Tudo o que eu disser aqui são dados do próprio Governo, que foram analisados pelo pessoal da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. Então, não são fantasias, mas dados reais. Primeiro, reforço que é importante haver a rubrica, a função 13 do Orçamento tem que chegar a 3%, e a pasta da Secretaria da Cultura tem que chegar a 1% neste ano que entra; 50 milhões de reais para o Fundo Cultural - isso abre uma rubrica, é o fundo cultural de calamidade pública, PL 343 -, e a efetivação do Conselho de Cultura.

Agora, vamos para o Hip Hop, de cujo lugar eu sou. Mês de Hip Hop, pela pasta da Cultura, Educação e Direitos Humanos, 3 milhões de reais. Casas de Hip Hop são 5; há 1 a ser feita, na zona Norte, e as outras que têm que ser fomentadas e acrescidas como política pública. Então, são 2,5 milhões de reais, 500 mil reais para cada um.

Território Hip Hop, que é o Vocacional, também, é uma política em que a gente pede 2 milhões de reais na pasta da Secretaria de Cultura. Agora, o que acontece? Para o Mês de Hip Hop, orçado em 1,5 milhão, gastaram-se 685 mil reais, e está durando 1 ano. Aí, não vejo na fala da Secretaria de Cultura a palavra “hip hop”, então já faço outra leitura. Em Casa de Hip Hop e Território, que estava no Orçamento, não se investiu nada, ficou zerado.

Vamos a outra situação que é importante. O maior investimento da

Secretaria de Cultura – estou falando que foi pago, liquidado, as pessoas receberam – saiu da Secretaria de Cultura: 98 milhões de reais para promoção de campanhas e eventos de interesse do Município, que a gente não sabe o que é; Covid 19?. Aí, falam: “Mas é a Administração, Pirata”. Não, Administração são 73 milhões de reais. Aí, depois, as segundas linhas maiores. A primeira, ações de difusão de cultura do Theatro Municipal, 72 milhões. Depois, fomento a linguagens artísticas. O que é isso? A gente não sabe, mas gastaram-se 49 milhões de reais. Programas de atividades culturais – também não sabemos o que é, não está especifica -: 33 milhões de reais. Manutenção de equipamento – que o Secretário afirmou que não houve -: 28 milhões de reais neste ano. Aí, se pegarmos as outras linhas, há 98 linhas que estavam no Orçamento de 2020, estão zeradas, não há investimento. Então, precisamos entender.

A Secretaria de Cultura já gastou – pagou, já recebeu –, de janeiro a outubro, 329 milhões de reais. O segundo maior Orçamento desses gastos, 114 milhões, foi para o Theatro Municipal. Aí, há uma curiosidade da função cultura: por que a Secretaria de Turismo, que é nova, tem 98 milhões de reais, sendo que estamos falando desse ano de 2020.

Durante a campanha, falou-se muito em se investir na periferia. Falam muito na periferia, mas os setores zerados são justamente da periferia. Assim, quero saber se cultura é SP Cine, é cinema, porque o aumento do cinema é muito grande, só que não está nas outras linhas da área da cultura.

Secretário, é isso. E há outra coisa: veja como é bom falar com um monte gente, com a população. Isso precisa voltar a ser exercido na cidade de São Paulo, porque essa gestão não fez isso, e tivemos problemas. Dá para conversar com as pessoas, porque nós podemos ajudar. O dinheiro público é nosso, e estou falando de servidor público, e não de pessoas de partidos, nada disso; não estou me referindo ao campo político.

Para terminar: criança, adolescente, teatro infantil, 1 milhão de reais.

Precisa ser abertura uma rubrica também.

Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Pirata. Próximo inscrito, Sr. Thiago Reis.

O SR. THIAGO REIS – Boa tarde. Quero me somar ao coro e lamentar a ausência do Secretário de Finanças e também a do Prefeito, porque ele poderia passar por aqui para pelo menos reconhecer a centralidade da cultura, que é tão importante para essa gestão. Seria importante que ele aparecesse aqui.

Sobre a questão do PL 343/2020, quero reforçar que ele é muito importante nesse momento de crise. Não é só uma crise pandêmica, é uma crise estrutural, econômica. A categoria das trabalhadoras e trabalhadores da cultura levarão muito tempo para se recuperar disso. Eu acho que há algumas coisas que são marcas já desse momento histórico que estamos vivendo, dessa continuidade de gestão. E aí, no discurso do Covas, ele diz que é possível fazer política sem ódio. É preciso lembrar que o ódio é uma aversão intensa causada por medo, raiva, injúria. A situação que a cultura viveu - não só o setor cultural, mas a classe trabalhadora – nos últimos meses e que está apontada para 2021 é uma situação realmente temerária, que causa medo. Então é difícil falar que estamos exaltados, com raiva...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. THIAGO REIS – Então, acho que a gente precisa reposicionar essas coisas, porque realmente é muito difícil não sentir medo de ver seus espaços fechados, de não ter trabalho, de não ter o que comer. Isso tudo gera um sentimento pesado, e não é isso o que a gente quer, de maneira nenhuma. Eu sei que não é isso o que o Hugo quer, e temos que transformar a discussão uma proposta prática, que passa obrigatoriamente pelos 3%. É preciso reposicionar uma Cidade que é colocada como cidade do trabalho. Por isso, é muito importante defender a Lei de Fomento para a Infância e a Juventude. Porque se criança não trabalha, e São Paulo é a cidade do

trabalho, onde está a criança? É preciso haver política pública para que isso aconteça.

Eu gostei muito quando o Secretário diz: “Então, precisamos conversar com o Prefeito”. Quando o Secretário diz que são coerentes e corretos os 20 milhões do fomento ao teatro, estamos aqui para construir juntos, para fazer a pressão na Secretaria de Finanças, fazer a pressão junto ao Prefeito para que ele entenda a centralidade da cultura, e para que essa retórica se transforme numa ação prática em que a cultura possa ter subsídio material para realmente se tornar central nesse governo.

Essas demandas todas que estão aí passam pelo Conselho Municipal, pelo Plano Municipal de Cultura. Assim, eu gostaria muito de poder ver esses 3% realizados, os fomentos aumentados, e que a gente não precisasse ter medo ou raiva, tendo uma existência muito mais digna e fazendo com que a sociedade, os cidadãos de São Paulo tenham acesso irrestrito à cultura em todas as regiões da Cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Thiago. Próxima inscrita, Evinha Sampaio. (Pausa) Próxima, Beatriz Rangel.

A SRA. BEATRIZ RANGEL – Boa tarde. Quero agradecer a realização desta audiência sobre o Orçamento temático da cultura e esta oportunidade fala, em que quero abordar a importância de uma relatoria específica.

Sinto-me contemplada por várias falas que houve e quero reforçar a necessidade de garantia de 1% do Orçamento da Cidade para a Secretaria de Cultura em 2021; e 3% do Orçamento para a função cultura ao longo da próxima gestão, com uma prioridade para as periferias com metade desse valor.

É essencial, é fundamental a criação de um Fundo Emergencial de Calamidade Pública para o Setor Cultural, tendo em vista que a pandemia não acabou. Paralisou o setor neste ano de 2020, mas ela se prolonga e trará consequências em 2021, que precisam ser enxergadas.

Existe o PL 343, que já foi encampado por diversos Vereadores de diversos partidos. Então, é preciso dar andamento a essa matéria.

Também cito a importância da efetivação do Conselho de Política Cultural neste ano, com eleição em 2021, aproveitando os trabalhos...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bia, houve problema na sua conexão. Vamos seguir então...

A SRA. BEATRIZ RANGEL – (...) há mais de seis anos. Oi?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Houve um problema na sua conexão. Mas retome a fala, por favor.

A SRA. BEATRIZ RANGEL – Está certo. Venho também hoje reforçar a importância do Centro de Referência da Dança da Cidade de São Paulo, o CRD, que nasceu como um projeto da sociedade civil, da classe artística em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura há mais de 6 anos. Em 2019, esse centro tornou-se um equipamento de cultura dedicado à linguagem das danças. O CRD é uma política de cultura com múltiplas ações e atividades que tem múltiplos resultados de incentivo aos grupos de dança que vêm de vários territórios da Cidade, com um programa de ocupação das salas, com mais de 100 núcleos artísticos que semanalmente ocupam as salas de ensaio. Conta também com: um programa de formação artística e efetivação do direito à cultura e à cidadania cultural, entre outras ações interligadas.

Tendo em vista o papel que o CRD cumpre na cultura, e que ele deve ser uma política pública permanente, a proposta que tiramos é de um incremento de Orçamento de 1,5 milhão de reais para no ano de 2021. Esse é um valor condizente, compatível com a realidade que o CRD cria e movimento. Seu impacto é efetivo na Cidade, atendendo pessoas e grupos dos vários territórios e também promovendo uma ocupação efetiva do Centro de São Paulo, o que já acontece há mais de 6 anos de maneira orgânica, por meio de uma política cultural com incentivo da Secretaria

Municipal de Cultura, que desejamos seja fortalecida e tornada permanente.

Nesse sentido, chamo a atenção para um acontecimento em que nós da sociedade civil estivemos presentes neste mês de novembro na Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal para nos manifestar sobre o processo da concessão do uso do Vale do Anhangabaú para a iniciativa privada. Nessa ocasião, comunicamos a Câmara, aos membros desta Comissão, que foi identificado um erro no contrato com a empresa que fará a gestão do Anhangabaú e que a Prefeitura está em vias de efetivar: é o fato de que o imóvel do CRD na Galeria Formosa está mencionado, está incluído como parte da área de concessão à iniciativa privada. Então, a Câmara Municipal encaminhou esse ofício ao Executivo. A classe da cultura está acompanhando, é uma questão de interesse público, e aguardamos um retorno.

Além disso, sendo uma política de cultura, que desejamos que seja permanente, é necessário concluir este ano o decreto de formalização do CRD.

Por fim, eu também gostaria de saber sobre a prestação de contas do Plano Municipal de Cultura, tendo em vista que já se completou um ciclo, e precisamos também desse retorno da Secretaria. Agradeço pela fala.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Beatriz. Próxima, Renata Freire. (Pausa) Próxima, Isabel Cristina Correia dos Santos.

A SRA. ISABEL CRISTINA CORREIA DOS SANTOS - Boa tarde. Obrigada pela oportunidade da fala e grata pela audiência temática.

Quero aqui fazer coro aos que me precederam, falando sobre a questão comum a todos, dos movimentos culturais e da necessidade de se chegar a 3% do orçamento da Cidade para a Cultura. Todos os argumentos já foram colocados aqui, que a Cultura é extremamente importante não só para quem faz a Cultura, mas sim para quem vive a Cultura, a sociedade como um todo.

Isso traz bem-estar, melhora na condição de saúde, melhora na condição de vida dessas pessoas e também traz uma oportunidade para que os jovens tenham acesso a novas profissões. Há profissões de que eles não têm ideia de que existem, e eles se encontram em vocações nesse sentido. Então, é importantíssimo, do ponto de vista do estímulo vocacional da nossa população.

Gostaria de fazer uma fala principalmente também com relação ao forró, na área onde tenho atuado. Nós tivemos o primeiro edital do forró, na cidade de São Paulo, depois de um árduo movimento, dentro da Câmara, para trabalhar PL que foi sancionado como lei em 2019, e trabalhamos fortemente pelo orçamento dessa lei. No entanto, 70% do valor daquilo que foi previsto foi retirado, em prol da questão da Saúde.

Então, sim, nós tivemos novo fomento com boa perda de recurso. Nesse primeiro edital de fomento, apesar da pandemia e apesar das dificuldades de articulação, por conta da não possibilidade presencial, foram 51 projetos classificados e somente 21 homologados, exatamente pela falta de recurso. Se ainda a questão de a Lei de Fomento não ter um valor... (Falha na transmissão.) ...51 projetos, se a gente falar dos 30 mil, que não é uma questão do fomento, já são 1,5 milhão. Então, por que a secretaria colocou um valor tão baixo na sua perspectiva da lei orçamentária para 2021, sendo que o valor que foi executado foi ínfimo e deixou 30 projetos classificados de fora, isso para considerar um primeiro edital. Pensando que a cidade de São Paulo tem uma comunidade extremamente intensa, enorme (inaudível) nordestina; e não só os nordestinos é que vivenciam o forró. Nós fomos bastante prejudicados nesse sentido.

Para concluir, há outras duas questões. Uma é o Centro de Referência do Forró. O forró é um patrimônio que está inclusive unanimemente reconhecido no Condephaat, e a capital de São Paulo é a capital onde mais há essa atividade.

Então, eu gostaria de colocar que o Centro de Referência do Forró está

novamente em pauta na rubrica da LOA, com dois milhões, porque ele precisa ser implementado. Falo também do mês da cultura nordestina, para além do edital do forró. Então, estamos nessas três rubricas (inaudível) valor de dez milhões entre elas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Osmar Araújo.

O SR. OSMAR ARAÚJO - Sou Osmar Araújo, da Mudança de Cena, do fórum de encontros de Cultura da capital, dos movimentos culturais aqui da Cidade. Boa tarde a todos. Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sr. Secretário Hugo e companheiros. De cara, já peço 3% para a Cultura, metade para as periferias e que, nesse espírito, pedimos já, em 2021, 1% para a Secretaria Municipal de Cultura, um incremento de 190 milhões ao orçamento proposto. Desse incremento, 15 milhões para pontos e pontões de Cultura, valor que é uma referência de quando o programa chegou à Cidade. Hoje é uma política nacional.

O Sr. Secretário apresentou aqui um investimento de 2,8 milhões para os pontos de Cultura. Isso já é uma boa notícia, mas precisamos de 15 milhões. No orçamento, eu não encontrei, no PLOA 21, no site da secretaria e em nenhum dos documentos lá pendurados, esse valor. O que eu encontrei são duas rubricas de implementação de pontos e pontões de Cultura viva, que está no caderno 3, no demonstrativo dos órgãos, nas páginas 216 e 222. Infelizmente lá aparecem apenas mil reais. Então, gostaria que o Sr. Secretário indicasse onde estão esses dois 2,8 milhões para os pontos de Cultura.

Falo do apoio à constituição do fundo emergencial de calamidade pública no valor de 50 milhões para cultura e da aprovação do PL 343, de emergência cultural, pois todos nós sabemos que, no ano que vem, será um ano de aprofundamento da crise, de continuidade da Covid. Isso vai afetar novamente e dar continuidade à tempestade que passa a Cultura na cidade de São Paulo. Falo em um milhão para o Conselho Municipal de Cultura, pensando que ele já vai ser aprovado neste ano. No

ano que vem, nós precisamos colocar em pé. Para isso, a gente tem, como referência, o que foi o recurso aportado na última conferência municipal de Cultura. Por isso é um milhão, mas é uma referência.

Também pensando aqui na Cidade, eu temo que aconteça o que aconteceu em Porto Seguro, em 2005, 2010; ou em Londres, no começo de 1980, na década de 80 do século passado, onde eram as cidades menos desejadas na Europa e nas cidades litorâneas do Nordeste, porque acreditaram que a Cultura estava tudo resolvida. Pensaram de um jeito a Cultura e se esqueceram do quê? De plantar a Cultura, de semear a Cultura e de cultivar a Cultura na Cidade. É disso que precisamos. Para isso, a gente precisa dos recursos de 3% para a Secretaria Municipal de Cultura.

Então, conto com a sensibilidade das Vereadoras, dos Vereadores e do Governo, para avançarem na sementeira da Cultura na Cidade, 3% para a Cultura, metade para a periferia. Pontos de Cultura é vida, pontos de Cultura é Cultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Nicholas Barreto.

O SR. NICHOLAS BARRETO - Boa tarde, senhoras e senhores.

Sr. Secretário, eu fiz uma conta, por baixo, em relação aos ajustes da PLOA 2021. Então, há lá um valor global de 100 milhões de reais e 875 mil, orçado em 2020, um valor global de 86 milhões e 296 mil, o valor atualizado, e aí há uma diferença de 14 milhões e 579. V.Exa. já explicou que, dada à questão da redução de 1,27 da arrecadação e do congelamento, suplementação anterior, enfim, congelamento da Covid e da suplementação anterior, esse valor ficou equilibrado.

Também há outro dado, que V.Exa. afirmou que, mesmo com esse congelamento, o orçamento da Cultura, acho que é da pasta, não dessa PLOA específica, ele sobe 1,47% em relação a 2020.

Aí eu pego então e faço outra conta, que é assim: O global da PLOA de 2021 menos o da PLOA de 2020, que vai dar 103 mil reais. Aí a tabela é um instrumento político. Havemos de concordar. Na tabela, ela faz um ajuste final de dois milhões engabeladazinha, porque o global mesmo são 103 mil. Quanto a esse argumento do congelamento da Covid, a gente há de argumentar que, até o dia 29 de novembro, os gastos dos candidatos para Prefeito de São Paulo foram de 39 milhões. O Sr. Bruno Covas gastou 19 milhões, ou seja, se eu pegar 19 milhões e subtrair de 14 milhões e 579, vai dar cinco milhões a mais em 60 dias do que é provisionado para a Cultura em um ano. Então, quanto a esse argumento de contenção, parece que S.Exa. não é muito sensível à causa.

Aí eu pergunto: "Onde nós podemos encontrar os critérios de atualização do orçamento de 2020 ajustados na PLOA 2021? Exatamente no documento que V.Exa. nos forneceu com as descrições: Fomento às artes, pluralidade cultural e formação à Cultura; para a gente poder então fazer essa comparação. Há alguns aumentos na PLOA de 2021, por exemplo, fomento ao teatro. Aí ainda houve um ajuste final, mas aí esse documento parece assim: "Os senhores tiveram dois milhões de aumento e não foi isso o aumento real". O aumento real foi 103 mil.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sr. Presidente, eu acho importante a gente fazer uma distinção muito importante aqui, que gasto de campanha não é do orçamento do município, não é dinheiro do Tesouro Municipal. É gasto de campanha, de campanha de partido.

O SR. NICHOLAS BARRETO - Sim, Vereadora Soninha, mas eu fiz uma analogia. Então, a fala estava comigo e eu me sinto no direito de explicar a minha analogia, e a minha analogia está no sentido de dizer que esse argumento de austeridade é muito falho, gente. Se estamos querendo fazer políticas públicas, com argumentos científicos, vamos usar os argumentos científicos, mesmo apelando para

a analogia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Valéria dos Santos Mota.

A SRA. VALÉRIA DOS SANTOS MOTA - Olá. Estou aqui. Boa tarde a todos. Enfim, eu me sinto muito contemplada com as falas dos Srs. Rodrigo e Diego e eu queria trazer algumas contribuições. Uma delas é o concurso para a Cultura, porque há defasagem na Secretaria de Cultura. Não sei quantos mil contratos estão parados. E a gente sabe que isso é por falta de mão de obra. É importante a gente estar registrando isso.

Há outra questão: Eu sou mãe de uma criança que estuda na EMIA e quero destacar também a importância do PIA Vocacional. A gente tem que ter um olhar específico, porque são programas que atendem às crianças da escola pública e também as que estão aí na periferia. Atendem a um número bem significativo. Isso é importante a gente estar atento.

Outra questão que também é muito importante é a gente ter esse olhar para os conselhos deliberativos, principalmente da Cultura, porque isso também traz maior transparência e maior visibilidade para o orçamento da Cidade, porque a dificuldade de a gente manusear, de a gente ter um melhor olhar para esse orçamento é bem difícil. Tem que ser um especialista na área.

Em relação ao mês do Hip hop, a Lei do Hip hop, que já foi bem colocada aqui pelo Pirata, é uma das questões que para mim é bastante grave, porque o mês do Hip hop tem a potência do Carnaval na cidade de São Paulo, mas poderia haver um olhar mais atento a isso.

Outra coisa que é importante a gente também entender: É que lógico que vidas negras importam. Elas importam se houver 3% da Cultura e 50% das periferias e que esse orçamento seja totalmente executado.

Outra questão que eu quero trazer, que foi de uma companheira que não

foi respondida, é se vão fazer a prestação de contas do que foi realizado nas 20 metas em 96 ações do Plano Municipal de Cultura, porque também não implementam o nosso plano, e se vão apoiar a aprovação da PL 343 e da PL 376, que a gente trouxe aí.

Obrigada e boa tarde para vocês. É nós, família.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Igor Orsolon.

O SR. IGOR ORSOLON - Boa tarde a todos. Eu acho que a gente está num posicionamento que esquecemos o que é a Secretaria de Cultura neste momento, esse olhar que é a Cultura está sendo feita.

Falo em trazer uma planilha, trazer um PDF. Todas as reuniões são assim. Parece que é uma apresentação de projeto. Parece que a gente está fazendo uma avaliação de uma empresa. A visão não é essa.

A gente tem que começar a olhar diferente, principalmente para a periferia, até mesmo porque a gente sabe que as pessoas contempladas pelo Secretário são pessoas do Centro. Eu acabei de fazer várias buscas do que foi apresentado nessa planilha, nesse projeto – nem sei o que é isso; para mim, parece uma empresa S.A. ou Ltda. à Secretaria de Cultura, que traz projetos que não têm nada. Eu tentei olhar, mas, no *Diário Oficial*, não aparece. Os nomes são vagos. Tem aquele do Sorriso, que foi apresentado aqui, praticamente feito por uma maioria de artistas globais; não vi ninguém da periferia. Por isso que têm que ser aplicados os três por cento na Cultura. Se você quer fazer para os ricos, faça também para os pobres, divida. Quer fazer para os amigos? Faça para os amigos, mas deixa a galera que fomenta na periferia também fazer. Eu acho que todo mundo tem que ganhar, todo mundo tem que trabalhar. Acho que o que está faltando é isso.

A minha bandeira é o *hip hop*, mas a minha bandeira principal aqui hoje é a da cultura. É como o Pirata e outras pessoas falaram: a gente tem que entender que

está falando com o Poder Público. A gente não está numa briga privada, porque se a Secretaria de Cultura está se apresentando como uma empresa privada. Faz três anos que eu vejo dessa forma. São três anos minando uma pá de coisa. Fora as ilegalidades que acontecem dentro da Secretaria, dentro das Casas de Cultura, dentro de todos os projetos, que a gente sabe. Se ganhou a eleição, é melhor começar a pensar nesse futuro de 2021 e entender que as pessoas que estão no meio da cultura sabem do que acontece. Eu sei que eu saí um pouco da fala, mas, como é difícil falar com o Secretário e ele está presente com outras autoridades, é interessante ouvir essas coisas e deixar registrado.

É só isso, Donato. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Igor.

Tem a palavra agora o Secretário após dez falas.

O SR. HUGO POSSOLO – Obrigado, Donato.

Igor, como esta reunião está gravada e você está levantando uma acusação de ilegalidade, eu gostaria que você apresentasse provas e eu vou iniciar um processo pessoal de calúnia, difamação e injúria em sua direção. Nós estamos numa audiência pública, eu exijo respeito. Eu acho que todas as falas podem ter suas ponderações emocionais, mas a sua acusação é grave e, portanto, assim eu seguirei. Eu gostaria de lhe informar isso.

Seguindo a resposta a todos, vamos lá. O Caio falou do Vai e da diferença. Eu peguei a tabela, Caio, e é importante dizer que os valores absolutos, tudo do Vai foi seguindo da seguinte forma: em 2014, 8,7 milhões; em 2015, 9,1 milhões; em 2016, 10 milhões. Houve uma queda para 7 milhões em 2017 e houve uma recuperação de 8 milhões em 2018. A gente vai para 2019 com 8 milhões e termina 2020 com 9 milhões, não alcançando o último patamar, apesar da recuperação.

Eu sou sensível à sua colocação. Eu acho que, juntamente com esta Casa, a gente pode construir um caminho melhor para o Vai. Acredito no projeto, eu acho

que ele tem que recuperar o fôlego anterior. Estou com você nessa proposição. A gente vai estudar o que você está propondo.

Diego, a sua fala enumerou várias questões, mas você citou bilhões; eu não sei se por força de expressão. Também falou de uma desconstrução do vocacional, que não é coerente com os dois últimos anos de gestão, que também custou recuperar o vocacional e que tem bastante valor significativo. Decisão política nem sempre é aquilo que você quer que seja decidido, tanto do meu lado como do seu. A decisão política de quem está gerindo passa por várias questões da própria limitação jurídica que o cargo impõe, das próprias responsabilidades que o cargo coloca. A vontade política não é autocrata, como às vezes se faz entender. Eu acho que a gente fica contaminado pela discussão externa da gestão, que é a gestão política de disputas, e ela gera esse equívoco na cabeça das pessoas. A autocracia não é boa. A democracia é o que a gente está fazendo aqui, dialogando.

Em relação ao Theatro Municipal, eu falei o valor, cerca de 131 milhões anuais. É um valor sempre discutido aqui, porque ele se refere a uma dimensão muito grande. Eu espero que aqueles que compõem os corpos artísticos do Theatro Municipal, que compreendem toda essa questão da mudança de modelo de gestão e sua importância, com toda a dificuldade que a gente tem em transformar o que é atualmente a Fundação e mudar o modelo de gestão para realmente uma Organização Social, sem trabalhar dentro do modelo MROSC, vão compreender e vão colocar para você quais são as dimensões disso. Acho que talvez você pudesse informar sobre isso um pouquinho melhor.

Acho que, na fala do Pirata e também na da Valéria, a gente sabe que tem uma pessoa muito representativa na nossa gestão, que é o Xis, à frente da questão do *hip hop*, que eu acredito que é uma voz que tem um lugar de fala importante sobre a questão do *hip hop*. A gente teve uma movimentação, de um ano para o outro, entre 1 milhão, 780 e 1 milhão, 970. Então, parece que é bastante significativa a atenção com

essa linguagem, sem contar que eu falei do MAR e, evidentemente, é uma característica do *hip hop* o grafite, que tem uma amplitude, uma simbologia fundamental na cidade de São Paulo e na qual houve grande investimento. A gente está falando só de mês do *hip hop*, mas, se você somar os investimentos do MAR, você tem que considerar que isso é uma linguagem também.

Curiosamente, o Pirata fala da não presença do Secretário, mas estive aqui, as vezes em que eu fui convidado, pelo menos cinco vezes, contando esta e, quando não estive, eu trouxe um representante, indiquei, e foi-me dada a devolutiva de todos os assuntos exatamente porque eu acredito no...

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS - RAPPER PIRATA – Secretário, eu não falei isso. Desculpa.

O SR. HUGO POSSOLO – Obrigado. Obrigado pelas desculpas. Eu aceito. Você é uma cara que mantém uma militância, e eu vejo a sua importância nisso tudo e o parabênico por ela. Eu não queria ter um fator de desconforto com você.

A Beatriz falou sobre o CRD – Centro de Referência da Dança. Eu acho que, nesta gestão, a gente conseguiu criar um modelo para a própria gestão. Houve realmente uma publicação de que o CRD estava abrindo a concessão. Depois ela foi retirada, e a maneira como está agora é que qualquer ação de concessionária em relação àquele espaço CRD está sob o debate com a Secretaria Municipal de Cultura. Então, a gente acredita também que os investimentos de 600 mil de um ano para 690 mil não é um crescimento, é manter o padrão dentro dos ajustes que a gente está tentando fazer com todas as áreas. Veja que a gente dialoga com todas as linguagens, tem a ideia da pluralidade na cabeça, da diversidade e do respeito a todas as áreas.

A Isabel falou da questão do Edital de Fomento ao Forró, e eu também me sensibilizo com a questão dos valores. A gente tem que lembrar, Isabel, que, além do congelamento, a gente teve um número de capacidades para o edital ainda menor, o

que nos prejudica quando a gente quer soltar o edital, porque ele precisa ter um número de inscrições equivalentes àquilo. Mesmo com valor baixo, a gente ficou com uma dificuldade. Isto acontece com alguns editais: a gente acredita que aquilo vai dar certo, faz para um número maior e não tem o número suficiente. Então, a gente tem que tomar um pouco de cuidado com isso para a gente poder realmente fazer com que aconteça e fomente, estruture. Eu acho que uma mudança no valor é fundamental. Eu concordo que 30 mil não foi um cálculo para fomentar uma atividade. Então, eu acho que, pelo diálogo, a gente constrói isso, que não tem a ver com a PLOA, mas com esse debate de construção de uma política pública.

Eu acho que a conta do Nicholas Barreto estava indo bem, eu estava conseguindo acompanhar, eu fui anotando, mas realmente a sua analogia fez com que eu me perdesse. Depois eu gostaria até que você enviasse isso, Nicholas, porque eu acho que, no afã de querer ter um discurso relacionando valores, eu, sinceramente, me perdi, porque a gente fez a mesma conta, e ela dá um resultado é um pouco diferente, já que a proporcionalidade se dá no todo do investimento da Secretaria e não pelo bloco exclusivo a fomentos, que é até menos do que os cem milhões.

Acredito também que tenha na fala do Igor, e eu já citei o que mais me incomodou, e ele até escreveu no *chat* que não disse isso. Tudo bem, a gente conversa, eu não quero levar certas colocações, que podem ser feitas no afã da emoção, ao pé da letra, porque eu também não acho que as coisas se resolvem num Power Point, não. Eu sempre dialoguei, eu sou um artista, me coloco da maneira mais sincera e aberta possível, por mais que um cargo de gestão possa sugerir alguma falsidade política. E eu acredito nos políticos, acredito na política, eu acho que o discurso de desqualificar político como é um discurso obscurantista. O político profissional, seja ele o Donato, a Soninha, o Prefeito, o concorrente do Prefeito na campanha eleitoral, o Boulos, todos podem ser políticos profissionais, é uma coisa muito digna, uma coisa muito importante a pessoa dedicar a vida à polis, dedicar-se à

política. Então, eu não condeno isso e não faço apresentações num sentido empresarial, não.

Acho que, às vezes, as falas são tão emocionais e fazem confusão. Quando você fala do sorriso na máscara, que foi uma ação de conscientização que contratou artistas circenses, ganhando cachê, para entregar máscaras nos terminais de ônibus, com perna de pau, ensinando o que é distanciamento e álcool em gel, e você fala que havia artistas globais nisso, eu acho que você acaba misturando o seu discurso emocional com algo que é fundamental a gente ter aqui, que é diálogo.

Então, eu agradeço, Vereador Donato, a oportunidade de eu falar um pouquinho a mais do que deveria neste intermeio de dez colocações para que a gente mantenha o nível razoável do debate, para que ele seja político e no interesse da cultura, porque não é meu interesse pessoal nem interesse pessoal de ninguém, pois todo mundo que está aqui representa alguma coisa, e a gente também pode dizer que existe a representação gigante sobre do que significa a gente discutir política e não a discussão em termos menores, que nos tira realmente o eixo daquilo que significa para as nossas vidas.

Obrigado.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sobre o Conselho, Secretário, porque era no outro bloco. Sobre o Conselho Municipal de Cultura.

O SR. HUGO POSSOLO – Desculpe, eu complemento.

O SR. OSMAR – Sobre o orçamento para os Pontos de Cultura também; 2, 8 milhões para...

O SR. HUGO POSSOLO – Sobre o Conselho, é muito importante... A gente trabalhou em cima de uma proposta que tinha sido aventada aqui já na minha participação, de que eu tinha o compromisso de querer fazer valer o Conselho, porque eu acredito na sua importância. Nós tentamos criar um fundo municipal com o valor mínimo, exíguo, apenas para que ele existisse legalmente e depois a gente tivesse

essa discussão e, no momento em que a gente trouxe a PLOA, a gente ainda não tinha um decreto, não houve tempo de a gente ter um decreto que estabelecesse esse fundo e, a partir daí, a gente perdeu a possibilidade de ter o fundo. Mas isso não inviabiliza a discussão do Conselho, isso é muito importante.

Em relação ao PL 343, a Lei Emergencial da Cultura Municipal, eu acredito que eu tenha respondido já, porque a gente mandou, eu tenho inclusive o número do que foi enviado à Câmara, no qual a gente fala o nosso parecer. Eu vou ter que ler aqui a conclusão. “No entanto, se entendido como necessária ao PL 343/2020, a Secretaria Municipal de Cultura vê necessidade de um redesenho que considera: I. A possibilidade de execução em 2021, uma vez que os efeitos da crise da pandemia da covid se estenderá no próximo ano”. A gente concorda com os discursos colocados aqui. “II. Se atendido o item anterior, a consulta à Procuradoria-Geral do Município quanto à possibilidade de flexibilização da Lei 866/93”, a lei federal de execução desse auxílio em caráter emergencial, e a gente já teve um mecanismo construindo isso para a Lei Aldir Blanc. Por isso, a gente aplicou 20 milhões na Lei Aldir Blanc, porque ela já estava toda estruturada e já toda garantida legalmente, aprovada, com acompanhamento e com um mecanismo de pagamento muito mais ágil. Isso está claro. Autodeclaratório, como foi tudo, sem burocracia. Então, a gente aplicou nessa direção. E, por fim, o item fala: “Disponibilização de recursos humanos”, porque a gente pediu auxílio para a Câmara já em outro momento e a gente viu, e a Soninha é testemunha disso, de que isso não era viável da maneira como a gente imaginava, não havia possibilidade jurídica de um auxílio da própria Câmara em termos de disponibilização de equipes para isso. Mas, na Lei Aldir Blanc, a gente conseguiu um reforço, que foram todas as comissões nas quais todos vocês votaram e indicaram pessoas, sem que o Secretário indicasse ninguém, porque era mais importante a participação da sociedade civil. E, por fim, tem o item de suplementação de recursos orçamentários suficientes para arcar com essas despesas. A gente está trabalhando

com a PLOA do outro ano, e os recursos, além de tudo, tinham sido congelados. O que a gente conseguiu desses 20 milhões foi fazer a opção mais rápida e imediata. Se a gente começasse a discussão da lei municipal agora, esses 20 milhões iam se perder, e a gente está no final do ano. O que a gente fez? Aplicou os 20 milhões que a gente conseguiu fazer, mexendo em recursos, mexendo em todos os detalhes de programação que não conseguiram ser feitos, executados e, qualquer centavo que tinha em qualquer canto, a gente foi buscar na discussão orçamentária para a gente chegar em 20 milhões aplicados aí na Lei Aldir Blanc.

Enfim, eu acho que essa é uma posição que bastante clara em relação a isso.

Osmar, eu lhe peço desculpas da colocação sobre o valor dos Pontos de Cultura, porque foi feita apenas uma inserção de mil reais para garantir que tivesse esse item, porque esse item depende do convênio federal, e o convênio federal não existiu para este ano, ele está bloqueado. Por isso, a gente estimou em dois milhões e colocou isso. Está errado, a gente fará a correção. O que aconteceu é que a gente deixou esses mil reais apenas para que tenha esse item e a gente possa, poderá ali na frente. Isso é um compromisso de gestão que a gente insere, porque essa é uma questão importantíssima para que a gente siga nesse sentido. Então, peço minhas desculpas, a sua colocação está correta, a gente estava errado, e aí eu fui alertado pela assessoria do que realmente aconteceu. Desculpe-me por essa informação. A gente irá corrigir junto às informações que a gente está corrigindo de valores. Teve erro técnico em relação ao fomento

Teve erro técnico em relação ao fomento ao teatro, ao fomento à dança que tem ali duas correções apresentadas. Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vamos ao próximo, então, Wagner Ufracker da Silva, Zé da Lua.

O SR. WAGNER UFRACKER - Boa noite. Quero cumprimentar o

Secretário Hugo, os Vereadores Antonio Donato, Soninha e todos os lutadores da cultura que estão presentes nesta audiência.

Quero ressaltar que eu, representando o nosso coletivo que é o SP Forró nesta Casa, desde 2017, e conseguimos por dois anos rubricas específicas para o forró, 2018/2019, e, em 2019, culminou a lei de fomento ao forró.

Quero defender também essa questão dos 3%. Quero reforçar o coro de todo o pessoal que pediu esse valor no orçamento de 2021 dos 3%.

Participo também de um fomento exclusivo para os blocos de carnaval de rua que integro ativamente com dois blocos na cidade de São Paulo: o Bloco SP Forró e o Bloco do Baião. Lógico, que ligado também à cultura nordestina. Quero fortalecer também de uma lei específica, de uma rubrica específica, para o carnaval de rua da cidade de São Paulo.

Também quero ressaltar e reforçar a questão do fomento para a cultura nordestina na cidade de São Paulo, especificamente para o forró, de cinco milhões. É uma luta que começou e conseguimos a rubrica específica de 800 mil, conseguimos esse edital do forró junto com outros movimentos da Cidade também e conseguimos até fazer um diálogo com a Secretaria de Cultura. Esperamos que ano que vem consigamos exercer esse edital com pessoa física, este ano foi mais com pessoa jurídica, para que mais pessoas consigam se inscrever neste edital.

Quero ressaltar também uma proposta do nosso coletivo para o Centro de Referência do Forró. O coletivo já teve este ano, saiu uma rubrica e solicitamos um recurso de dois milhões; para o Dia do Nordeste, mais um milhão; e também para o Dia Nacional do Forró, que vai acontecer em dezembro, mais um milhão.

Solicitamos porque a cultura nordestina, na realidade, em São Paulo...é uma expressão brasileira, são muitos os migrantes nordestinos em São Paulo. Praticamente, São Paulo é a capital da cultura nordestina fora do Nordeste. Vemos que realmente precisa de um fomento a mais para a cultura nordestina. Aos poucos

isso está acontecendo e realmente esperamos que isso se fortaleça ao longo dos próximos anos para que realmente consigamos fortalecer, fomentar essas várias linguagens da cultura nordestina. Dentro do forró, existem os mestres, os grupos, a dança, são várias linguagens.

Reforçando mais a cultura nordestina, existem também os maracatus na cidade de São Paulo que também seria necessário um fortalecimento. São muitos os grupos de maracatu, grupos de coco, de outras linguagens dentro da cultura nordestina.

Como sou do bairro de São Miguel Paulista, nasci aqui, fui morar no Nordeste e pesquisar a cultura nordestina, existe uma luta de mais de 40 anos por um espaço cultural em São Miguel Paulista que se iniciou com o MPA, Movimento Popular de Arte, que foi um dos primeiros movimentos da cidade de São Paulo. Então, solicito a possibilidade de um espaço de cultura ou um centro cultural no bairro de São Miguel Paulista.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Próxima é Sra. Sueli Moretti. (Pausa). Próximo, Francisco Matheus Fontes de Lima

O SR. FRANCISCO MATHEUS FONTES DE LIMA – Boa tarde a todos Vereadores, Secretária.

A minha fala se propõe como uma reflexão sobre a cultura em São Paulo. Várias pautas foram trazidas nesta audiência que devem ser levadas em consideração na produção do orçamento, mas queria trazer a discussão a pauta da economia e das finanças porque a grande maioria das reivindicações feitas foram pautas econômicas de mais orçamento para projetos e para rubricas.

Infelizmente, não temos o Secretário de Finanças, temos apenas um representante da Secretaria de Finanças. Gostaria de perguntar ao Secretário da

Secretaria Municipal de Cultura qual de fato é o nosso poder de negociação para essa reorganização do orçamento da pasta, porque senão vamos ficar construindo castelos no ar, pedindo pautas legítimas como os 3% para a cultura em 2021, mas que não vão ser levadas a prosseguimento. Gostaria de entender como se dá esse processo de regulamentação e reaquisição do nosso orçamento para a pasta da cultura que já tem diversos estudos apontando o retorno financeiro para a Cidade, então, a cultura não pode ser considerada um gasto. Cultura é um investimento.

Só como exemplo, um real gasto pela Lei Rouanet dá como retorno 1,56 em qualquer lugar do Brasil, ainda mais em São Paulo que tem o título de capital da cultura. Então, precisamos olhar a cultura como prioridade e não mais como gasto. Essas pessoas que estão aqui dedicaram a vida a construir a cultura. O Sr. Secretário também como artista.

Gostaria de saber, de fato, qual o nosso papel de fato de arregimentação política para que este orçamento seja levado em consideração.

Também gostaria de reiterar a luta do Teatro Oficina pela oficialização do Parque Bixiga que também é de mais de 40 anos, para que seja levada a conclusão, já aprovada por esta Câmara Municipal, faltando apenas a aprovação do Prefeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

O próximo é Emerson Aparecido Nicolau. (Pausa). Próximo, Cesar Paci. (Pausa). Próximo, Andreia Batista. (Pausa). Próximo, Marcio Vidal Marinho.

O SR. MARCIO VIDAL MARINHO – Boa tarde a todos.

Primeiramente queria cumprimentar os Vereadores presentes, o Sr. Secretário e dizer que estou aqui representando o Vereador Celso Giannazi e trazer alguns pontos que foram ditos pelo Secretário Hugo.

Quando ele disse que a Cidade Ademar é uma das poucas regiões que não têm centro cultural público e que já está em construção. Queria dizer que quando

analisamos o IDH do Plano Municipal de Cultura, a cada 100 mil habitantes precisa ter um centro cultural.

Quando olhamos para Parelheiros, mesmo tendo o CEU, e Marsilac é zero o número de centros culturais para atender essa população.

Quando olhamos para Parelheiros, mesmo tendo o CEU, e Marsilac é zero o número de centros culturais para atender essa população dentro desse índice, assim como Pirituba, Jaraguá. Enfim, esse déficit é muito maior do que só a Cidade Ademar. Precisamos trabalhar bastante para melhorar.

Lutamos também pelo orçamento de 3% há muitos anos. Além do PL 343, que é muito importante ser aprovado, há também o PL 693, que institui no caso da literatura a editora Paulistana, que é uma editora pública para atender justamente os autores independentes de São Paulo.

Queria que houvesse uma rubrica no orçamento algo específico para a cultura dentro das escolas. Muitos artistas vão às escolas, sobretudo os artistas da periferia, os rappers, os poetas, as poetisas, os saraus, os slammers, só que sempre, 100% das vezes, vão de maneira gratuita e eles estão trabalhando. Então, que a Cultura pudesse dialogar com a Educação sendo que dentro da verba da Educação não cabe apresentações culturais. Que a Cultura olhasse para que houvesse um fomento para que esses artistas e também façam atrativo para outros artistas de frequentar as escolas e levar a cultura para os alunos.

Foi falado do reggae como patrimônio, entre outros. O Hip Hop tem um PL tramitando na Câmara que também é para virar patrimônio cultural imaterial, o que reforça os investimentos, a necessidade de investimentos nessa cultura.

Queria agradecer o espaço de fala e estamos na luta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Marcio.

Próximo inscrito Osvaldir de Freitas. (Pausa). Próxima inscrita, Gislaine Cristina. (Pausa). Próxima inscrita, Amanda Moraes. (Pausa). Próximo inscrito, Paulo

Roberto Santos. (Pausa). Próximo inscrito, Luis Antônio Carneiro. (Pausa). Próximo inscrito, Klayson Santana.

O SR. KLAYSON SANTANA – Sou professor de capoeira, faço parte do GT de capoeira, do Coletivo Um Ponto Periferia. Estou aqui para reforçar o pedido, o clamor, pelos 3% para a cultura.

Neste momento de pandemia e toda essa loucura, quem mais sofreu e mais morreu foi a periferia. A capoeira sempre ficou esquecida pela Secretaria de Cultura. A capoeira faz parte de uma luta ancestral contra o racismo e, dificilmente, vemos nessas conversas a capoeira incluída. Então, estou para reforçar os 3%, o fomento à capoeira. Os editais acabam não contemplando a realidade dos mestres de capoeira na cidade de São Paulo.

A periferia e os mais extremos, estava agora em Parelheiros e acabou a energia. Se acaba a energia em Parelheiros constantemente, sabemos que isso é fruto de má administração e também de um olhar afastado da periferia com relação as coisas básicas, ainda mais quando se fala da cultura, pois ela também é fator básico para a sobrevivência de um povo.

Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Klayson.

Agora, Brian Fountain. (Pausa). Próximo inscrito, Daniel Cornejo.

O SR. DANIEL CORNEJO – Boa tarde, Vereador Donato, Vereadora Soninha, Vereador Suplicy. Boa tarde, Hugo.

Quero apoiar os movimentos todos que estão se manifestando pela aprovação do 343, 376, SP da Música. É importante inclusive para dar perspectivas a todos os alunos da Escola Municipal quando saem da escola.

Já conversei várias vezes sobre esse assunto com vocês, em outras instâncias inclusive, e venho aqui em nome dos professores da Escola Municipal de Música para que seja incluído no orçamento de 2021 um adicional no orçamento para

que seja feita a transição que se quer fazer para o modelo OS. Tivemos essa problemática no começo do ano em que houve a tentativa de fazer essa transição sem um adicional para cobrir os custos da celetização dos professores, de toda estrutura, e isso levantou uma preocupação muito grande.

Estava previsto nesse projeto uma redução de número de vagas que já são poucas e uma possível precarização, sucateamento da escola. Então, como já é resolvida a questão dessa gestão, esperamos que seja vista com um pouco mais de carinho os 50 anos de história da Escola de Música que foram comemorados no ano passado.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. DANIEL CORNEJO – Inclusive, naquele momento foi apoiado por mais de 100 mil assinaturas do abaixo-assinado que foi feito e não queria que houvesse esse tipo de mudança com redução de vagas e mudança inclusive na pedagógica da escola.

Então, coloco-me em como representante dos professores da escola e que isso seja visto com carinho agora no início...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. DANIEL CORNEJO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Daniel. Próxima, Larissa Alacoc. (Pausa). Próxima Thainara Oliveira. (Pausa). Próximo, Leandro Lago. (Pausa). Próximo, Ivan Ferreira Carvalho.

O SR. IVAN FERREIRA CARVALHO – Saúdo a todos os presentes. Mais uma audiência pública da Cultura em um ano atípico de pandemia, onde a nossa cidade de São Paulo é uma das cidades, a segunda ou a terceira onde mais morreram pessoas no planeta. Então, em uma audiência da LOA, da Cultura, foi onde eu acabei encontrando muitas das pessoas em um ano.

Então, saúdo muitas pessoas que já falaram pelo *reggae*, Naná Roots, o máximo respeito. O Hugo, inclusive, pediu desculpas pela questão do Vai. Estamos acompanhando desde o começo.

Então, para quem não me conhece, eu sou Servidor Municipal. Então, eu tenho RF também. Eu sei qual é a luta, Hugo, nessa questão de pegar mais, ainda mais em um momento tão delicado como este. Mas a luta tem de ser feita e independente da questão político-partidária. A nossa luta aqui, quem se encontra há cinco, seis anos ou mais, antes desta Gestão que teve André Sturm, Alê Youssef, e você veio terminando, agora, em março. Quem vem se encontrando desde antes desta Gestão, sabe que esta luta é contínua, e vai continuar até depois que esta Gestão tucana, que foi eleita, sair, porque, em um momento sai. Todo mundo sai.

Inclusive, lembrar ao pessoal do Sampaprev, que está aqui, que votou para roubarem o nosso salário legalmente, 3%, que muitos de vocês, muitas de vocês não voltarão na próxima legislatura. Isso também é lembrado, porque Bispo Atílio, o senhor é relator há muito tempo do Orçamento. Olha para a Cultura. Três por cento para a Cultura. Estamos falando de um Orçamento de mais de 60 bilhões. Isso salvaria vidas, inclusive, em um momento de pandemia. A Cultura salva vidas.

Então, temos de fazer um olhar para além de nosso espectro político-partidário. Estamos falando de vidas. E, aí, o Sampaprev vem bem a calhar, porque o Caio, que é um que não conseguiu a reeleição, falou que na próxima Gestão vai ter Sampaprev 2. Então, assim, olhem a luta que está por vir nos próximos quatro anos.

Nós temos o PL 478, que tramita há muito tempo. É um PL suprapartidário, que começou com a autoria do Alfredinho. Sabemos que o Suplicy está pegando com carinho para ver se aprova a segunda votação ainda neste ano. Precisamos mesmo que ele aprove, inclusive, para termos dotação orçamentária. O Uil já me colocou muito bem as questões, Naná, Nicholas, Gustavo, a Talita vai falar. Vocês sabem. Vocês, que estão discutindo aqui o Orçamento do Município, sabem que o *reggae* é

sempre presente, não só nas audiências públicas da Cultura, como do Orçamento em geral, porque o *reggae*, como foi dito, também é uma cultura, reconhecido pela ONU como patrimônio imaterial, intangível. Então, é a preocupação da Cultura do bem viver.

Então, em um momento de pandemia, deveriam escutar mais os griôs, a galera do *reggae* que não está aqui de bigode na pista. Então, não ramelem com o *reggae*, como a rua diria. Não ramelem com o *reggae*. E quem votou para aprovar o Sampaprev, viu que muitos não voltaram.

Muito obrigado pelos três minutos e estamos juntos na luta aí, quem está na luta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Próxima inscrita é a Beatriz Carvalho. Depois, Beatriz Dutra. (Pausa) Francisco Dalcol. (Pausa) Beatriz Moreira. (Pausa) Vagner Nogueira da Silva.

O SR. VAGNER NOGUEIRA DA SILVA – Boa tarde a todos.

Eu estou aqui em nome das comunidades de samba de São Paulo e novamente brigar, de uma forma coletiva primariamente pelos 3% da Cultura e pela aprovação do PL 343. Mas, mais importante que isso, eu estou aqui novamente com o samba sendo desrespeitado por esta Casa, na sua forma do samba praticado nas periferias de São Paulo. Eu acho muito bonito, e eu repito o discurso do último ano que eu fiz na Câmara falando que é muito bonito ver todos os segmentos brigando por um aumento de rubrica, pelo aumento, pela manutenção. O samba nunca teve nada. As comunidades de samba não tiveram essa visão.

Em 2019, nós fizemos um trabalho muito bonito. Conseguimos, com a Subcomissão de Cultura, uma verba de um milhão para fomento para a execução de uma lei, da Lei 16.528. Ou seja, para o cumprimento de um dever legal do Governo que aí está, para fomentar os trabalhos de Cultura na periferia. E, aí, podemos dizer qual é o problema para não fomentar o samba? Porque no ano de 2020, a nossa verba foi a única zerada no Orçamento para ser desviada para a questão do...

desviada não, né, investida na questão da Covid-19. Mas tem dinheiro em caixa. Conversamos com o Secretário, um mês, dois meses atrás, e essa verba já tinha caído em abril e nem, sequer, um diálogo existiu com esses trabalhos.

Então, vamos lá. É um trabalho de potencial econômico? Sim, porque fomenta a economia na periferia. Cada roda de samba envolve, pelo menos, de forma direta, 300 a 400 pessoas. Em aniversários, às vezes, cinco mil pessoas, sem contar os cursos indiretos; sem contar os trabalhos que fazemos junto às instituições públicas; sem contar o trabalho de assistência, arrecadação de alimentos, arrecadação de roupas; sem contar os cursos; sem contar o fomento e o auxílio para as pessoas que trabalham na infraestrutura do samba. E, aí, isso simplesmente foi tirado e novamente vamos trabalhar, agora, no mês do samba. Mas essas comunidades sobrevivem o ano inteiro. O ano inteiro fazendo trabalho, há mais de 20 anos, aonde a Prefeitura não chega, aonde a verba pública não chega. Aí, nós temos de nos virar com um evento no ano para fomentar um trabalho, contemplar um número limitado de comunidades porque o Governo não olha para nós. A minha pergunta é: é falta de potencial?

Música de São Paulo, desde sempre renegada por uma Cidade que tentou fazer o povo ficar branco. É porque é uma cultura negra. Nós poderíamos muito bem estar em uma Secretaria de Turismo fomentando isso, mas não. Ficamos presos na periferia, nos virando só com a boa vontade de quem está ali trabalhando pela Cultura. É falta de planejamento? É falta de equipamento? Porque os equipamentos públicos não chegam a nós. Os sambas são feitos nas ruas, os sambas são feitos em bares, porque, infelizmente, não há um olhar para isso. E, aí, eu queria a resposta do Secretário em relação à indagação: por que, novamente, fomos preteridos no Orçamento público? Desta vez, pior do que nunca. O samba é patrimônio imaterial pela Unicef. O samba é patrimônio de São Paulo. Por que fomos preteridos no Orçamento novamente? Pelo segundo ano não, por toda a história. E no ano passado,

quando fomos contemplados, isso foi tirado. Ou seja, tiraram do samba o que nunca nos foi dado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vagner.

Próxima inscrita, Maíra Roque. (Pausa) Próximo inscrito, Aloísio Jordão.

(Pausa) Próximo inscrito, Bruno Veloso.

O SR. BRUNO VELOSO – Eu vou ser rápido, porque, praticamente, tudo o que os meus outros companheiros falaram, me representa.

Mas eu gostaria de agradecer pela oportunidade de fala. Reivindicar, como todos, os 3% para a Cultura, sendo metade disso para a periferia. Reiterar a importância da implantação do Conselho do Plano Municipal de Cultura, com a rubrica necessária para que ele funcione.

E eu sou um representante da Associação Cultural Rock. E eu gostaria de falar da importância do apoio do Poder Público à música como um todo, mas eu estou especificamente falando hoje do *rock* e dos subestilos que dele saem. O *rock* faz parte da cultura do povo paulistano. Nós temos artistas de expressão nacional e internacional que levam o nome do Brasil para o mundo. Temos algumas datas importantes no calendário de São Paulo: tem a Semana do *Rock*; o Dia Municipal do Heavy Metal, que é um projeto do Vereador Quito Formiga, que por um decreto do Prefeito, foi aprovado muito rápido, dada a importância do artista que este dia homenageou e acaba homenageando também todo um estilo. E o *rock* também movimenta a economia. Hoje, nós temos vários setores em crise. Temos as lojas de instrumentos musicais fechando; estúdios de ensaio fechando; espaços de *show* fechando; escolas de música com poucos alunos e fechando. Então, precisamos de editais específicos para essa linguagem.

Entendemos que fazemos parte de um contexto da música, mas estou aqui defendendo especificamente esse estilo. Então, precisamos de fomento para as

bandas com trabalhos autorais e com rubricas específicas, que possam fomentar. Hoje, precisamos muito do apoio do Poder Público e estamos, aí, participando de todas as reuniões possíveis. Estamos nos organizando e abertos a conversações e falas e reuniões. Estamos aí para pleitear essa necessidade da nossa linguagem.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Bruno.

Próxima inscrita, Catarina Câmara. (Pausa) Júlia Santos.

A SRA. JÚLIA SANTOS – Boa tarde.

Eu sou Júlia Santos. Sou Bibliotecária. Atuo na Biblioteca Comunitária EJAAC, que fica na zona Sul, que faz parte da rede de bibliotecas comunitárias aqui em São Paulo.

Queria agradecer por este momento de fala e queria endossar as falas das Conselheiras Tânia e Sofia, que também fazem parte do Conselho do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do qual eu também faço parte.

Apoio e também acredito na necessidade de 3% para a Cultura e essa descentralização dos recursos, apoiando principalmente os territórios periféricos. E me preocupa, pela fala do Secretário, ver essa redução em fomentos tão importantes - como temos aqui na Cidade -, que é o fomento à cultura das periferias e o Vai, por exemplo.

E eu quero trazer duas necessidades. A primeira é justamente ter um recurso específico anual para o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, para a sua implementação. Foi uma lei construída com uma ampla participação da sociedade, colocando as necessidades, mas que até hoje não tem, de fato, um orçamento. E queria colocar, também, a necessidade de ter um fomento específico para as bibliotecas comunitárias. Temos, no Plano, como base, duas metas específicas que falam desse fomento, e nós queremos trazer inicialmente um valor de cinco milhões para contemplar, basicamente, com iniciativas de bibliotecas

comunitárias que temos aqui em São Paulo. E esse mapeamento foi feito, inicialmente, por um Bibliotecário chamado Abraão Antunes, que é da USP. Ele mapeou essas iniciativas, essas cem iniciativas. Mas nós queremos fazer também uma atualização dessas iniciativas porque, com certeza, devem ter muitas outras na Cidade. Então, foi iniciado pela plataforma SPCultura, mas foi interrompido por questões de contrato. Então, em 2017 e em 2018, parou esse mapeamento. Então, precisa ser retomado.

Então, eu só queria destacar que, pela Unesco, sabemos que os indicadores de Cultura para o desenvolvimento... é de responsabilidade do Poder Público financiar e criar esses fomentos, principalmente para os equipamentos públicos, e eu destaco as bibliotecas comunitárias como um desses equipamentos.

O Secretário também bem colocou sobre as bibliotecas de bairro, e eu coloco a necessidade de incluir as bibliotecas comunitárias no sistema municipal de bibliotecas, porque, afinal, as bibliotecas comunitárias são bibliotecas de acesso público também e que atendem a população em diversos locais periféricos aonde as bibliotecas públicas não chegam. Então, justamente, as bibliotecas comunitárias estão nesses territórios.

E para finalizar a minha fala, eu gostaria só de reformular a pergunta da colega Sofia, sobre o valor que o Secretário comentou de 1,5 milhão para as festas literárias, porque esse valor não chegou para as festas. Então, dez festas que foram apoiadas só receberam valor de 15 mil reais.

Então, é isso. Agradeço pela minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Júlia.

Próxima, Talita Cabral.

A SRA. TALITA CABRAL – Meu nome é Talita Cabral. Agradeço a oportunidade de fala. Agradeço a todos os presentes e aos que nos acompanham virtualmente. É muito importante também o acompanhamento do *chat*, porque

podemos ver que temos muitas informações relevantes, de solicitações da sociedade civil.

A minha fala, para ser bem objetiva, se inicia pelo medo dos momentos sombrios que o nosso País vive, porque a liberdade da sociedade civil é sempre, sempre, sempre ameaçada. Então, dá muito medo de falar alguma coisa devido à ignorância da educação do nosso País colonizador. Podemos sofrer, sendo que estamos em um objetivo de construção. E quando se têm falas democráticas, é importante sabermos que a isonomia parte de lados onde a igualdade é a igualdade. Então, pessoas desiguais têm de ser tratadas com desigualdade. Ou seja, é muito complexo, para um ambiente democrático, onde a fala desigual da sociedade civil que é pobre, está desesperada e está morrendo, ela pode ser prejudicada com processos e tudo mais, por pessoas que não estão em pé de igualdade de um fazedor de Cultura que, de repente, pode até ter perdido familiares nesses últimos tempos. Mas, mesmo assim, fazemos a fala porque a periferia sai na rua e morre. Então, faz parte também lidarmos com essas coisas, com esses momentos tão complexos. Como o próprio Secretário fala sempre, que está sempre contra esse tipo de obscurantismo, de arbitrariedades, então eu trago também esse endosso à fala do próprio Secretário.

A minha fala contempla 3% para a Cultura: metade para ações afirmativas e periféricas; não aos cortes do *reggae*; aprovação ao PL 478/19; ações afirmativas de auxílio emergencial, nesta pandemia, para a cultura de base, de forma desburocratizada. Tem a questão do mapeamento que foi feito. Isso, na busca ativa é muito importante. Isso tudo ocorreu recentemente e precisa ser fortalecido para que a cultura de base consiga sobreviver, em vez de somente estar aí mendigando algum tipo de ação, ação de emergência. E, finalmente, revisão das práticas implementadas nos editais para além do fomento às periferias. Então é isso que falo, agradeço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Talita. Com a fala da

Talita encerrei esse bloco de dez. Passo a palavra ao Secretário.

O SR. HUGO POSSOLO – Obrigado, Donato. Vamos pela ordem, a questão do Forró, acredito que tenha respondido, fala de algumas questões, diferentes solicitações do Forró que não estão incluídas aqui. Poderiam ter valido uma conversa, talvez anterior a nossa entrega da PLOA, como algumas conversas abertas com o setor. Evidentemente esse é o momento também de contar com a participação da Câmara, no sentido de construção de alguns projetos que não estão abrigados e aos quais somos sensíveis. Alguns deles evidentemente somos sensíveis e vamos seguir conversando.

Estou procurando aqui o Klayson Santana, que falou da Capoeira, muito importante, acho que é uma linguagem fundamental de expressão e tenho a ver com ela na minha origem, particularmente. Nas nossas oficinas, falei da quantidade de oficinas, o crescimento, realmente é muito permanente em todas as nossas atividades. Então realmente contratação como oficina, todas as casas de cultura têm oficina de Capoeira contratada. Quer dizer, é uma das linguagens mais presentes nas casas de cultura. Estamos fazendo o levantamento de um número para poder te passar, não temos esse número de imediato aqui, estamos levantando e te passo.

A Semana de Capoeira acontece também, é importante e marca isso. Preciso reforçar, as questões antirracistas são muito importantes e muito caras. A linguagem da diversidade é bastante cara à Secretaria de Cultura, tanto que mudamos nesta Gestão o nome do Centro Cultural Jabaquara, pelo sítio histórico que é e pelo que representa historicamente de enfrentamento quilombola, para Centro de Culturas Negras, onde não só capoeira, mas outras linguagens se constroem. Temos trabalhado, apresentamos aqui as questões de enfrentar esse apagamento histórico que teve e se voltar a isso. Então acho que isso está colocado, evidentemente, de uma maneira bem direta.

Respondendo ao Daniel Cornejo, que fala a partir da questão da Fundação

Theatro Municipal, evidentemente nós defendemos a ideia de uma mudança para OS. De fato, não se tentou essa mudança, se fez uma consulta pública exatamente para democratizar o processo, se compreendeu que as escolas tinham o entendimento de que esse processo era diferente, já tínhamos proposto ser separado do processo do Theatro Municipal e essa discussão está aberta. Evidentemente, Daniel, acho que é preciso uma construção de um projeto pedagógico para as escolas para que se entenda o que vai se exigir dessas organizações sociais que venham a gerir e qual o melhor modelo para gerir as escolas.

Então essa é uma discussão bastante aberta e que podemos organizar com a Fundação. A Maria Emília e a Leticia estão aqui acompanhando a conversa toda e evidentemente podemos partir para isso. O que tínhamos era uma necessidade evidente e clara da mudança do modelo de organização social de MROSC para organização social no Theatro Municipal Praça das Artes. Evidentemente isso está em construção, sendo acompanhado pelo TCM, o que é muito bom, porque cada vez a coisa fica mais transparente, mais clara. Então estamos junto com você nessa questão e vamos dialogar.

Em relação ao Samba, acho também fundamental, sou muito sensível à fala do Wagner, acho bastante importante. Temos de lembrar que temos a Noite de Gala do Samba, que é um marco, as contratações da Virada abrigam muito do Samba e a programação das casas de cultura abriga programação de Samba.

Então não é uma linguagem que não tenha participação. Ela tem. Essa quantificação, assim como acontece com a Capoeira, ou assim como acontece com o Rock, estão colocadas nessa programação das casas de cultura, dos centros culturais, por vezes, dos teatros. E evidentemente estão super distribuídas na programação. Aposto na ideia, e aí acho que é questão de uma visão a ser discutida mais aprofundadamente sobre a questão de fomentos. Esta é minha impressão, acho que temos de debater, a quantidade de fomentos por linguagem cai em contradição com

possibilidades de fomentos mais amplos, os quais defendo.

É o caso da fala da Julia, específica em relação ao fomento à periferia. Quero dizer para você, Julia, que não há redução dos fomentos, há no máximo um patamar igual. E no caso do Cultura à Periferia, se você olhar a tabela, e disponibilizamos toda a apresentação e a Câmara tem toda a apresentação da PLOA, propusemos um crescimento. É o único fomento que tem um crescimento de 10 milhões para 12 milhões e quebrados.

Enfim, acho que isso é muito importante. A construção dessas linguagens é importante. A questão de 1,5 milhão que foi falado lá no início é para esta PLOA, não estava nem falando do passado. Estou falando que pediu 1 milhão para agora e já está planejado 1,5 milhão. Então em relação ao passado eu não dei resposta a ela, e posso pegar esse dado para você, o que aconteceu nesse ano, porque também temos informação.

Além disso, é preciso considerar que tivemos no ano passado, Julia, o Festival Mário de Andrade, que abrigou um grande movimento e que fez uma conexão Centro/Periferia. Com as pequenas editoras, hoje todas independentes, com saraus, com todo movimento literário da Cidade. Então realmente tem uma conexão que foi bastante trabalhada.

Da fala da Talita Cabral, a questão das falas desiguais e concordo com ela, precisamos ter atenção, cuidado, afeto com isso, inclusive. E a minha fala tem sido muito nessa direção desde o primeiro momento e é muito importante porque uma coisa é não termos a mesma linguagem de comunicação, até porque aqui há várias linguagens artísticas, certamente há várias maneiras de se falar a nossa mesma e vasta língua. Sou bastante sensível e atento a isso e nunca quero me sobrepor de maneira nenhuma a qualquer tipo de linguagem.

No entanto, acusações pesadas de ilegalidade carecem de, por ser uma audiência pública na Câmara, de uma explicitação deste valor. Isto é muito importante.

Estamos lidando com aquilo que é também, em qualquer camada social, em qualquer lugar, que é a moral das pessoas, a clareza e a transparência em relação a qualquer malfeito e isso precisa ser explicitado. Se existe que se apresentem provas, acusar em vão é um risco muito grande. Não estou falando de linguagens diferentes. Isso porque também na minha fala considere a emoção de todos, num momento de pandemia que está todo mundo abalado, passando fome, dificuldade e uma série de fatores que não é necessário enumerar porque todo mundo sente no seu dia a dia e na sua vida. E isso está sendo considerado e me coloco sensível a isso o tempo todo, em toda minha conversa.

Então não quero me sobrepor a isso, mas tenho de ter a tranquilidade, até porque em outros momentos o próprio manifestante dessa acusação já o fez e já foi alertado que não deveria fazer sem prova.

Então ele está insistindo numa fala que não é coerente com a transparência do que estamos tratando aqui. Vai mais nesse sentido, mas concordo com você, Talita, tratamento de fala precisa respeitar as dificuldades que cada um teve no seu percurso, na sua trajetória e eu sou bastante sensível a isso, pode ter certeza.

Obrigado, Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Recebi, Secretário, só para encaminhamento aqui, um recado da sua Assessoria de que o senhor tem outra reunião. E temos ainda oito inscritos, não sei se os oito estão na sala. De que maneira o senhor sugere que procedamos?

O SR. HUGO POSSOLO – Eu realmente já atrasei bastante em outra porque quero estar aqui disponível ao diálogo, podemos ver se esses oito podem fazer uma fala mais curta, de dois minutos, para dar uma reduzida e eu poder responder e poder encerrar. Eu preciso encerrar em menos de...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está bom. Então vamos seguir rápido. Dom Wagnão está presente?

O SR. DOM WAGNÃO – Estou presente, Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Dom Wagnão, dá para falar em dois minutos?

O SR. DOM WAGNÃO – Vamos ser bem rápido e rasteiro. Boa tarde, quase boa noite para todos os presentes, aos companheiros dos movimentos da Cultura que estão aqui no diálogo.

Faço parte do Hip Hop também, queria deixar bem claro para o Secretário a questão dessa transparência. Fizemos algumas audiências e o senhor não estava presente, estavam correspondentes. E questionamos muitas vezes essa questão do orçamento, de ser pelo menos esses 3% para a Cultura, metade dele para a periferia, porque sabemos que estamos em um ano de pandemia, o ano que vem nem sabemos se saímos dessa situação do coronavírus. Todo mundo sabe que já estamos para a segunda onda, conheço pessoas do ramo médico que falaram que nunca saímos.

E só deixar bem clara uma coisa, sobre o Hip Hop, 1 milhão 250 mil. Esse ano vimos slides aí com o valor de 700 reais, alguns grupos receberam mais e alguns grupos que nem receberam essas *lives* ainda, Secretário. A questão é assim, tínhamos pedido um valor bem maior que esse, ele não foi efetivado e ano que vem vocês estão reduzindo. Não dá para aceitar isso para o Hip Hop. Eu sei que tem um correspondente seu lá, que pode ser uma pessoa que tem um carisma muito grande pelo nome que tem para ti, mas para a gente, eu pelo menos falo por mim, não representa porque ele já esteve numa reunião com a gente, a última vez não respondeu, e temos essa preferência de falar diretamente com o Secretário para poder ter essas pautas atendidas, que seja 3 milhões por mês do Hip Hop.

O Hip Hop é um patrimônio de São Paulo e do Brasil, só para ter uma ideia, não sei se já te falaram isso, o Mês do Hip Hop é o maior evento de Hip Hop do

mundo. As casas de Hip Hop, pelo menos 2 milhões e 500 para as casas de Hip Hop. E a questão do território, não sei, vamos ser sinceros, esse valor está fora da realidade, o Hip Hop precisa muito mais do que isso para poder fazer a arte. Tem muita gente que não conseguiu executar sua arte este ano e está passando necessidade, porque não conseguiu nem receber um auxílio.

É isso, Secretário, dá uma atenção para o Hip Hop. O Hip Hop é um patrimônio da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dom Wagnão. Próxima, Beatriz Porto. (Pausa) Próximo, Marcelo Jaffe. (Pausa) Próxima, Ana Carolina. (Pausa) Próximo, Claudio Guimarães.

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – Boa tarde a todos, está com muito ruído aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Quem está falando?

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – É o Claudio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Dom Wagnão, por favor, desliga o microfone. Claudio Guimarães, tem a palavra, dois minutos.

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – Muita coisa já foi dita e, enfim, eu venho corroborar a necessidade de apoio à Cultura de um modo geral. Sou do Theatro Municipal de São Paulo, mas não apenas do Theatro, venho, inclusive, de certa forma deixar o nosso agradecimento pela sensibilidade que teve a Casa, não apenas o Governo Covas, mas a própria Câmara com relação às questões do Theatro Municipal, as atividades vêm sendo mantidas dentro do possível. Estamos num momento de transição difícil, complicado para todos nós, tentando compreender essa situação toda.

É importante notarmos que durante todo esse período louco de pandemia que nós ainda estamos enfrentando, é justamente a Cultura que tem deixado as pessoas num nível de sanidade mental um pouco melhor. Para que as pessoas em

casa ainda tenham acesso a alguma coisa que lhes traga alguma tranquilidade, alguma diversão, alguma Cultura, enfim.

Então é importantíssimo isso e venho aqui trazer também o apelo de que a Casa siga olhando a Cultura como algo importantíssimo para a cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo é a capital cultural do país hoje. É onde se concentram as maiores atividades, os teatros, enfim, os movimentos culturais de toda ordem, de todo o tipo.

Então é importante que estejamos representados e apoiados nesse sentido. Não falo apenas em nome do Theatro, mas falo por todas as manifestações culturais. Me preocupa um pouco e preocupa a todos nós que estamos hoje aqui nesta audiência, a questão de o orçamento ter ficado, de certa forma, ainda nos patamares anteriores. Sabemos que temos uma deficiência grande na área da Cultura com relação a orçamento. O orçamento previsto de 3%, que foi várias vezes falado hoje aqui, não chegou nunca a ser atingido. Então já aconteceu inflação e, enfim, esse orçamento é relativamente pequeno para o porte da cidade de São Paulo, para o que se pode fazer. E vamos ter de nesse ano, terminada a pandemia, se Deus quiser, vamos ter de correr atrás do prejuízo. Vamos ter de recuperar a Cultura da Cidade, de maneira a trazer de novo para o cidadão o hábito de frequentar, de aproveitar, enfim, de ter algo que lhe..., enfim.

Então é isso. Não tenho muito o que falar nesse sentido, apenas faço o apelo também à Secretaria de Cultura, que olhe com carinho, com tranquilidade agora, passadas as eleições, a questão de transição de modelo de gestão do Theatro Municipal, precisamos de cuidado aí.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Próximo, José Tadeu Pedrosa, dois minutos.

O SR. JOSÉ TADEU PEDROSA – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Boa tarde.

O SR. JOSÉ TADEU PEDROSA – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim. Pode falar, o tempo está correndo.

O SR. JOSÉ TADEU PEDROSA – (Ininteligível) ... Sou Conselheiro Participativo, Diretor do CDC Estrela do Jardim Vila Formosa e Coordenador do Projeto Comunidade do Samba. Gostaria de uma pergunta para o Secretário e uma para o Vereador Donato.

Boa noite a todos. Gostaria de saber se há algum projeto de alguma Casa de Cultura aqui para a região de Aricanduva, que é bem precisado e bem carente.

E, Donato, gostaria de saber se está no texto do orçamento do ano que vem a reforma do CDC Estrela do Jardim Vila Formosa. Parece que ela saiu. Acho que está no 252. Estava em discussão, estava no texto. Eu não sei se essa reforma sai. É preciso de uma reforma grande aí.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Reis Alves.

O SR. SÉRGIO REIS ALVES - Boa noite a todos. Meu nome é Sérgio Reis Alves. Sou editor da Editora Cosmos e também conselheiro do PMLLB. Queria reforçar as falas das outras conselheiras, as Sras. Tânia, Sofia e Júlia. Queria cumprimentar os Vereadores, o Sr. Secretário e todos os presentes.

Sr. Secretário, eu queria retomar uma pergunta que foi feita pela Sra. Sofia. Se ela pudesse ser detalhada, quais são os critérios que vão utilizados para o uso da verba de 1,5 milhão? É só para reforçar a importância das verbas para o plano, e, nas feiras literárias, poder destacar esse valor de 1,5 milhão. Quais serão os critérios para essa distribuição?

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Mestre Palito.

O SR. MESTRE PALITO - Boa noite a todos. Eu sou também oficineiro da Cultura, e vim na audiência pública que houve em agosto. Aí eu estava reclamando sobre os pagamentos dos oficineiros. Foi até na data comemorativa do capoeirista. Aí acabou saindo, naquele mês, o pagamento, mas até hoje eu não recebi os outros pagamentos, não só eu, como os outros oficineiros.

Mandam sempre *kits*, para a gente assinar e fazer a devolutiva para receber. Aí assinei todos os *kits*, como outros oficineiros e, até agora, nós não recebemos. Eu fui puxar meu extrato e não caiu nada. Eu estou fazendo um bico de moto. Acabei fazendo alguns saraus aí e consegui. Eu sou privilegiado, porque tenho moto para fazer bico. A maioria dos nossos irmãos não têm nem moto e estão no maior perrengue, fazendo oficina sem receber.

Aí eu mandei um *e-mail* para uma pessoa da secretaria. Ela falou que não está mais no setor. Aí ela mandou um texto para mim, que está circulando. Parece que entrou em colapso. Estão tentando resolver, porque está sobrecarregado.

Enfim, eu gostaria de saber do Sr. Secretário uma resposta sobre essa questão do pagamento, porque estão passando por um momento de pandemia. A galera está sem dinheiro, está passando necessidade e o pagamento não está caindo.

Imagem: Eu, no caso, tenho dez meses de oficina. Diminuiu, por causa da pandemia e tal, mas eu recebi só um mês de pagamento.

Sobre a capoeira, a gente montou esse grupo de trabalho, GT de capoeira, justamente para brigar políticas públicas efetivas para a capoeira, porque, até então, a capoeira não tinha políticas públicas. Não tem um projeto de lei. Não há fomento para a capoeira. Neste ano, houve a semana municipal da capoeira, que é um avanço, mas se pode melhorar muito. A gente fez o mapeamento da capoeira, e esse mapeamento tem mais de 300 grupos de capoeira e desses 300 grupos, acho que nem cinco ou dez conseguiram ter acesso ao Aldir Blanc. Então, estão passando necessidade.

Finalizando aqui, no ano passado, nós conseguimos colocar, no

orçamento, a casa de capoeira, que havia saído. O Sr. Bruno Covas tinha vetado a construção Casa de Capoeira, e nós, junto com o movimento da Cultura, ocupamos a Câmara. Lutamos pelo aumento da Cultura. Colocamos, no orçamento, de novo, a Casa da Capoeira, e aí, se eu não estiver enganado, a gente, junto com o movimento da Cultura, conseguiu um fomento da bancada do PT, que foi dividido e ficaram 855 mil.

Eu queria saber também do Sr. Secretário onde está esse dinheiro, porque a gente pode fazer um edital específico para contemplar alguns grupos. Gostaria também de saber sobre a construção da Casa de Capoeira, que está no orçamento.

Gratidão a todos. Já fui contemplado pelas palavras dos nossos irmãos aí. Gratidão ao Sr. Donato, Vereadores e todos os irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu queria só pedir para a Vereadora Soninha e o Vereador Atilio Francisco fazerem alguma colocação, antes de a gente passar para o encerramento, com a palavra do Sr. Secretário.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sr. Presidente, são tantas coisas para falar, mas é tão importante o Sr. Secretário falar antes de ir embora. Já estamos aqui há quatro horas e meia. Acho que podemos deixar. Outra hora eu me manifesto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Secretário, cumprindo o acordo de ser rápido.

O SR. HUGO POSSOLO – Muito obrigado, Sr. Presidente e todos os presentes. Obrigado pelas falas mais rápidas nesse último momento. Queria responder ao Dom Wagnão, o mês do Hip hop e todo movimento Hip hop, a gente divide. Falaram em 700. É um milhão e 780 que está neste ano, 2020. Para o ano que vem, é 1,970 milhão. Essas são questões de contratação. Evidentemente a linguagem abriu para muito mais do que isso. Há uma série de outras ações que envolvem essa linguagem tão importante na Cidade.

A gente ter um representante é muito importante, com alguém significativo da área, que dialoga com muitos setores. Evidentemente cada setor tem as suas contradições, as suas dificuldades, mas isso faz parte de um processo democrático e de representação também.

A fala em relação ao Theatro, por eu ter sido diretor artístico do Theatro Municipal, há preocupação e atenção; e tenho acompanhado diretamente todo o passo de transformação disso. Não à toa, o Poder Público, diante de uma decisão muito sábia do Prefeito Bruno Covas, optou por um contrato emergencial, para acabar com a situação sendo esticada, de permanência da organização social anterior, para que se pudesse fazer o processo de mudança de gestão. A gente já fez o contrato emergencial no modelo MROSC exatamente para garantir aquilo que a gente quer, mudança de modelo de gestão, assim que a gente soltar esse edital. Ele já foi apresentado ao TCM para toda a sua leitura, e agora ele segue. A gente tinha acompanhado o processo diariamente, muito bem com a Fundação Theatro Municipal e com a Secretária Adjunta Regina Pacheco.

O áudio do José Tadeu estava um pouco ruim. O que eu consegui entender da reforma da Vila Formosa é que isso já está em licitação. Sobre a construção, sobre a possibilidade da questão do Aricanduva, não está previsto, não está aqui e não está dentro da PLOA. Acho que é importante a gente abrir diálogo e pensar em todas as regiões da Cidade, vendo o que seria possível. O que a gente precisa evidentemente é um crescimento de arrecadação, para crescer o orçamento. Isso é muito importante.

Em relação ao que falou o Sérgio Reis Alves, sobre a pergunta de um milhão, um milhão e meio, eu já respondi. Está inserido dentro do sistema de bibliotecas todas. Há possibilidade? Óbvio. A gente pode abrir um diálogo e ver quais são os critérios dessa distribuição. Essa é uma gestão que busca esse diálogo, que buscou curadorias em todos os setores da sua programação. Sua programação é a

visão dessa gestão. Não é um secretário curador e sim, toda vez, se chamam curadorias, seja para a Virada Cultural, sejam curadorias, por exemplo, de todas as ações antirracistas, formadas com pessoas negras. Então, a gente tem esse cuidado, de estar chamando curadorias que tenham lugar de fala. Isso é muito importante para a gente.

Em relação à fala do Palito – ainda bem que ele falou –, agradeço por ele ter aguardado e ao Donato por ter dado a palavra pelo seu significado e sua importância de grande mestre que é. Realmente a situação do pagamento tem sofrido alguns atrasos. Como a Naná falou, que sinalizou, e a gente está atrás disso; a gente tem regularizado os pagamentos num esforço conjunto. Compreendam que os servidores, com todas as suas dificuldades de operação, têm trabalhado para além do seu esforço, aos quais sou muito grato, porque há uma dificuldade.

Quando a gente entrou na pandemia, primeiro – como já relatei – houve um atraso até retomar a questão do teletrabalho, até que isso ganhasse ritmo, gerou uma pequena onda de acúmulos, de atrasos. Segundo, a gente aumentou a quantidade de contratações para ter valores equilibrados, também ter uma maior e melhor distribuição dos recursos. Isso também complicou, porque gerou um volume ao qual a Secretária não estava no fluxo, mesmo presencial. Imagina isso nesse momento de pandemia. Evidentemente, todos necessitam, a gente tem que correr com isso, é nossa obrigação e a gente está nesse esforço – podem ter certeza disso.

Enfim, quero dizer para vocês que é do meu perfil dialogar, responder. Se não respondi alguma questão, peço desculpa. Eu anotei o tempo todo, mas uma reunião virtual é bastante complexa, porque nem sempre a gente está vendo quem está falando, nem sempre a gente tem a percepção exata de tudo. Eu vou ouvindo, vou anotando, vou consultando os dados ao mesmo tempo. Tive inclusive dificuldade de entrar, por isso entrei atrasado, mas fiz questão de segurar mais de uma hora uma reunião para estar aqui. Acredito na democracia, no diálogo e tenho estado em todas

as reuniões, mesmo quando mando representante, a conversa chega até mim. O representante não vem até aqui, ouve e vai embora. Ele leva para a secretaria todas as demandas e, de um jeito ou de outro, tem escuta, tem sensibilidade e tem preocupação.

Evidentemente, dentro da cadeira, do cargo que estou, preciso lidar com todos os limites colocados. Aquelas dificuldades que a gente tem, de tudo o que a gente tem de trabalhar em relação aos recursos, aquilo que já citei também das questões legais que a gente tem de obedecer e todo um planejamento em função de uma arrecadação de uma situação muito específica, que é a pandemia.

Vejam só que tomei posse do meu cargo após a decretação da quarentena. Eu fui anunciado antes disso e na mesma semana isso aconteceu. E estou democraticamente aqui sempre aberto ao diálogo e todas essas conversas não precisam se limitar à Câmara. A Secretaria Municipal de Cultura está funcionando, aberta, com toda a assessoria em todos os seus setores, abertos ao diálogo em todos os setores.

Claro, cada linguagem defende o seu, acontece uma disputa histórica na Câmara e eu aconselho: a melhor visão, no meu entender, é quando as linguagens se juntam, especialmente quando elas atendem à questão da periferia. Por isso o grande exemplo, para mim, e nisso foi baseado todo o pensamento para a Lei Aldir Blanc está nas múltiplas linguagens com maior benefício, maior atendimento na periferia. Essa é a minha visão, essa é a minha razão de estar na gestão pública, de defender a arte, a cultura, especialmente àqueles que estão mais vulneráveis. E num momento de pandemia, isso aparece de maneira mais forte, mais contundente.

Muito obrigado a todas, a todos, aos Vereadores e fico grato pela oportunidade desse diálogo, que aconteça sempre e seja nesse fórum, que é esta Casa do Povo, seja na Secretaria, em que o Poder Público está aberto ao diálogo e a qualquer uma das colocações.

Muito, muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário. Agradeço sua disposição em ficar até este momento e pergunto ao representante da Secretaria de Finanças se quer fazer algum comentário.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Boa tarde, Donato, nenhum comentário. Quero apenas pedir, se possível, o encaminhamento do relatório que foi deferido sobre o 7,4%, até para que a gente possa fazer uma análise mais atenta e prestar os esclarecimentos devidos. Depois a gente encaminha direto para a Comissão ou, conforme o caso, para quem fez o questionamento, caso a Comissão tenha o contato. A gente faz essa verificação e retorna, já que foi um assunto que não ficou esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Nós teremos a última audiência geral na sexta-feira, em que a gente pode ter mais dados e tratar desse assunto mais bem documentado.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? É porque tem um clamor pela relatoria específica da Cultura. Eu vou responder.

O SR. HUGO POSSOLO - Donato, posso me retirar? Agradeço a todas e a todos. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Secretário. Boa noite. Estamos vivendo uma situação com o adiamento das eleições, o processo ficou atropelado. Quero me comprometer com o seguinte: não tenho uma pessoa, um nome agora para a relatoria, até vamos tentar construir, mas independente de ter...

(NÃO IDENTIFICADO) – A Soninha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – A Soninha tem outras responsabilidades...

(NÃO IDENTIFICADO) – Ela ainda é Vereadora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Já consultei, mas neste

momento ela declinou do convite. Então vou dizer o seguinte: eu não posso ser relator porque sou Presidente, mas vou chamar para a Presidência o acompanhamento do relatório da Cultura, junto com o Atilio. Se eu conseguir constituir um relator, muito bem, se não, vamos ter o acompanhamento com o carinho, o detalhamento que a Cultura merece. Já tive essa conversa com o Atilio anteriormente.

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem o Felix, a Vereadora Adriana Ramalho. Tem que chamar os Vereadores para a Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Amanhã vou consultar todos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Donato, só uma pergunta. Se poderíamos ter uma sub-relatoria específica para a Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu sei, mas precisa ter um sub-relator. O que eu estou dizendo é o seguinte: eu preciso que alguém se disponha a ser sub-relator. É simples assim. Eu não posso ser sub-relator, mas posso trazer para a presidência o acompanhamento do debate sobre a Cultura e conversarmos especificamente num âmbito próprio sobre o orçamento da Cultura. Não tenho dificuldade alguma em fazer isso.

E construímos esse encaminhamento até quarta-feira, no máximo, mas de qualquer forma fica de minha responsabilidade, na ausência de outro Vereador que possa assumir. É isso, pessoal. Um abraço. Boa noite, pessoal.